



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 452 - DE 07 A 21 DE ABRIL DE 2013 - R\$ 3,00



Expulsar o imperialismo da península coreana Unificar a Coreia com os métodos revolucionários do proletariado



Protesto contra a farsa do julgamento do assassinato de José Cláudio e Maria do Espírito Santo



**Força Nacional de Segurança do governo do PT
sitia operários, índios e ribeirinhos**

**Guillermo Lora - Internacionalismo Proletário:
“O instrumento partidário, consciente, político,
não pode ser outro senão o Partido Mundial da
Revolução Socialista, isto é, a Internacional”**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Sob o imperialismo, Coreia do Norte e Coreia do Sul podem ir à guerra

A declaração de “estado de guerra” emitida pelo governo norte-coreano, em 30 de março, foi propagandeada pelos porta-vozes do imperialismo como uma provocação. Insistem que o regime “comunista” da Coreia do Norte atenta contra a paz há 60 anos. Não se encontra um pingão de verdade nessa versão. O contrário se passa.

A Coreia do Sul é controlada pelos Estados Unidos desde o fim da 2ª Guerra Mundial. Em 1945/1948, o imperialismo norte-americano e a burocracia estalinista da ex-União Soviética dividiram a Coreia, cuja fundação ocorreu há dois mil anos atrás pela dinastia Koryo.

Em 1950, a Coreia do Norte se lançou em guerra contra a Coreia do Sul, em busca da unificação. Mas o combate não se dava apenas contra as forças sul-coreanas e sim contra as dos Estados Unidos, grande vencedor da guerra mundial. A China, que acabava de realizar a revolução e que se encontrava em posição diametralmente oposta ao imperialismo, se uniu à Coreia do Norte. A ex-União Soviética estalinista, que havia concertado o grande pacto de nova divisão do mundo, lavou as mãos. Sua intervenção, evidentemente, se configuraria como continuidade da 2ª Guerra, sob novo realinhamento de forças – entre o imperialismo e os países que estavam em transição para o socialismo.

O exército norte-americano, apoiado em uma ampla aliança imperialista, estabelecida sob o manto da ONU, em 1950, derrotou a tentativa norte-coreana e chinesa de reunificar a Coreia sob fundamentos anticapitalistas e antiimperialistas. O triunfo dos Estados Unidos expressou sua projeção como força imperialista hegemônica, definitivamente conferida pela 2ª Guerra Mundial. Essa é a raiz do recrudescimento do conflito entre as duas Coreias, que desde o armistício de 1953 nunca cessou.

Mas ainda é necessário considerar um período anterior à 2ª Guerra, para uma melhor compreensão das ameaças atuais do confronto militar. A Coreia desde a sua fundação esteve sob constantes ameaças de ocupação externa. A mais importante investida se deu em 1910 com a invasão japonesa e a sua anexação. O imperialismo japonês desencadeou uma brutal violência com o objetivo de até mesmo acabar com as tradições e a língua coreana. Na 2ª Guerra Mundial, o Japão impôs bárbaras condições à Coreia ocupada. O imperialismo nipônico foi afastado e o imperialismo norte-americano tomou seu lugar, dividindo a Coreia. De maneira a levantar uma barreira ao processo revolucionário recém-começado na China e ao nacionalismo estalinista da União Soviética em estado avançado de esclerose burocrática.

É parte da situação de guerra nos anos 50, nesta região da Ásia, a constituição de Taiwan na ilha de Formosa, que pertencia à China. As forças contra-revolucionárias nela se refugiaram e com apoio militar dos Estados Unidos conseguiram erguer uma trincheira do capitalismo. Hoje, continua o litígio com a China. Está armada e protegida pela burguesia internacional.

Esse quadro mais amplo em que está enclavada a divisão da Coreia e as constantes ameaças de reativação do vulcão bélico explica que não se trata de uma provocação a declaração de “estado de guerra” da Coreia do Norte. Pode ser uma expressão de deses-

pero do regime socialista-nacional, tamanho o cerco montado pelos Estados Unidos e pela ONU, uma cova de bandidos como Lênin a qualificou.

O cerco imperialista para derrubar o regime do Partido dos Trabalhadores da Coreia e restabelecer o capitalismo tem se apertado cada vez mais. O método da “via pacífica” é a do bloqueio econômico e das ofertas norte-americanas de “ajuda” em troca do desarmamento do adversário. A bandeira do imperialismo é a de que “não toleraremos uma Coreia do Norte nuclearizada.” Os democratas via de regra vão pelo caminho da compra e os republicanos do cerco econômico-militar. Mas são variantes da mesma política de dominação, de guerra e de restauração.

É notável que a Coreia do Sul se tornou uma colônia dos Estados Unidos, embora formalmente seja uma semicolônia. Até hoje o comando de suas Forças Armadas responde ao Pentágono. Para se impor a reconstrução do capitalismo no pós-guerra, o governo teve de agir como títere. O preposto Syngman Rhee é derrubado por um golpe militar em meio à crise política, marcada pela venalidade governamental. Durante trinta anos, de 1961 a 1992, a Coreia do Sul foi dirigida por ditaduras militares. Centenas de manifestantes foram mortos no massacre de Kwangju, em 1980. A sua “modernização” capitalista se deu à base de superexploração e de imposição de medidas de regressão trabalhista, com apoio da burocracia sindical das centrais.

Como se vê, a propaganda de que a Coreia do Norte é uma ameaça à Coreia do Sul democrática e pacífica é uma farsa do imperialismo para cegar os olhos do proletariado mundial e justificar a ofensiva dos monopólios na região, muito bem resguardados pelo complexo militar jamais visto na história. Desgraçadamente, o regime de ditadura militar nacional-socialista da Coreia do Norte depõe contra o comunismo e não é o instrumento do proletariado para enfrentar o cerco imperialista.

Esse infortúnio, no entanto, não altera o dever revolucionário de defender incondicionalmente a Coreia do Norte contra as ameaças dos Estados Unidos e da burguesia lacai sul-coreana. A classe operária de ambos os países estão diante da necessidade de superar a divisão imposta pelas potências. Certamente, o proletariado sul-coreano não tem como confiar no regime autoritário e militarista da Coreia do Norte. Essa difícil situação para os explorados reflete a crise de direção revolucionária.

A ausência do partido da revolução socialista internacionalista é um obstáculo decisivo para transformar o conflito que beira à guerra em movimento pela unificação revolucionária das Coreias. A única solução progressiva e de paz verdadeira – não a “paz” dos saqueadores – é a de uma só Coreia socialista, dirigida por um governo operário e camponês, que expresse a ditadura do proletariado contra a burguesia coreana e o imperialismo.

Em defesa incondicional da Coreia do Norte! Derrotar o imperialismo com as massas nas ruas, com as armas em punho! Fim imediato do bloqueio econômico e militar. Pela autodeterminação da Coreia do Norte! Pelo direito de ter armas nucleares!

Alta da inflação recai sobre os ombros dos assalariados

O índice da inflação oficial divulgado pelo governo chegou aos 6,43%, muito próximo do limite máximo estabelecido como meta. A notícia colocou pressão sobre o governo e o Banco Central acerca de como se responderá ao aumento de preços.

A presidenta Dilma, em visita à África do Sul (Durban, na cúpula dos chamados BRICS), em 27/03/13, afirmou que a causa da inflação é externa (aumento dos preços dos alimentos, causado pela queda da safra norte-americana), e que não sacrificaria a política de estímulo ao crescimento econômico em função do combate à inflação. Dessa forma, sinalizou que a política do governo será tolerante com uma alta de preços, diante da necessidade de estimular o crescimento do PIB. Os capitalistas do mercado financeiro fizeram movimentação de acordo com essa perspectiva. Houve uma grita geral. No dia seguinte, Dilma foi à imprensa afirmar o contrário, que a inflação é uma questão a ser combatida em si mesma, e que o governo se empenharia em controlá-la, na contramão do que afirmara na véspera. Praticamente garantiu que haverá elevação na taxa de juros, remédio preferido dos economistas burgueses ligados ao capital financeiro e aos credores. Trata-se de uma exigência, que têm acumulado redução nos lucros e podem compensá-la com a elevação geral dos juros.

O Banco Central, ao contrário de Dilma, tem afirmado que a inflação brasileira cresce por três motivos, de origem interna: 1) descompasso entre uma “demanda robusta” e uma “oferta fraca”, ou seja, incapacidade da produção interna de acompanhar o consumo; 2) política de gastos públicos frouxa demais (gastança do governo); e 3) mercado de trabalho excessivamente aquecido (baixo desemprego).

De toda conversa mole dos economistas burgueses, jornalistas vendidos e políticos marionetes dos capitalistas, o que se conclui é:

1) Há pressões sobre o governo para que atue em duas linhas diante da inflação e do baixo crescimento: a fração industrial reivindica maior favorecimento. O governo tem respondido a uma delas, por exemplo, com a prorrogação por tempo indeterminado da redução do IPI na produção de automóveis. O subsídio governamental, no entanto, não tem conseguido elevar o consumo (queda de 5,5% nas vendas em relação ao mês de fevereiro, apesar do aumento da produção de 3,4%). Mas há outras fontes de pressões, uma que vem do setor financeiro, que reivindica a elevação das taxas de juros em benefício da lucratividade bancária; outra que reivindica estímulos às demissões, de forma a reduzir o custo da força de trabalho e aumentar assim os lucros; outra que reivindica mais investimento público, em especial na infraestrutura, de forma a atender as necessidades de exportação, por exemplo. O governo não se move a partir de uma diretriz clara, vai respondendo às pressões dos setores da burguesia de forma empírica. O que

torna a política econômica oscilante, e favorece as tendências próprias da economia, de retração (por contaminação da crise mundial) e de elevação de preços (por imposição das negociações das commodities nas bolsas de valores).

2) A resposta burguesa à inflação não tem nada a ver com as causas apontadas pelos seus funcionários tagarelas do Banco Central. O que pode mudar a elevação das taxas de juros quanto à insuficiência da indústria, gastança governamental ou taxa de emprego? Os ortodoxos afirmam que a elevação da taxa de juros inibe o consumo e com isso contém a alta dos preços, por relação de oferta e procura. Mas a atual limitação industrial está ligada a dois fatores: retração da indústria de máquinas, pela concorrência externa, e esgotamento da alta do consumo pela via do endividamento e pela das exportações, que estão em queda.

3) Os elementos internos apontados pelo Banco Central se somam às pressões de setores da burguesia, que reivindicam ações do governo para esmagar o preço da força de trabalho, ou seja, os salários. Há propostas em debate no parlamento de mudança na lei de pagamento da indenização sobre o Fundo de Garantia, de forma a baratear as demissões.

Enquanto as frações burguesas debatem os rumos da política econômica governamental, as massas vão sentindo o peso da crise econômica, que tem elevado o preço dos gêneros alimentícios bem acima dos índices de inflação. Alguns preços dos gêneros básicos estão assim: a cebola (R\$ 6,29), tomate (R\$ 3,99), pimentão (R\$ 3,49), batata (R\$ 4,97), cenoura (R\$ 4,89), abóbora (R\$ 3,75), banana da terra (R\$ 3,99), chuchu (R\$ 4,24) e repolho (R\$ 5,99). O feijão e a batata aumentaram mais de 100% no ano passado.

Proposta operária à inflação e alta do custo de vida

Ao contrário do que pregam as direções sindicais pelegas, para os trabalhadores e suas famílias, não interessa o debate da burguesia sobre os juros e os subsídios governamentais aos patrões. Interessa é manter o emprego e o poder de compra dos salários. Esses dois interesses, essas duas necessidades básicas dos assalariados estão neste momento em contradição com as necessidades de todas as frações burguesas que se chocam ao redor de pressionar o governo Dilma para lá e para cá.

A defesa das bandeiras de escala móvel de horas de trabalho (divisão de todo trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar sem redução salarial – fim do desemprego) e de um salário mínimo vital, suficiente para sustentar a família operária (para nós, R\$ 4.000,00) com escala móvel de salários, ou seja, reajuste dos salários automaticamente diante do aumento dos preços, essa é a via de defesa contra os ataques capitalistas, que visam a descarregar a crise sobre os ombros das massas. A luta geral por essas bandeiras ajuda as massas a se aproximarem e se ligam à da revolução proletária.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Força Nacional de Segurança do governo do PT sitia operários, índios e ribeirinhos

O governo Dilma Rousseff tem ampliado a ação repressiva do Estado sobre as greves e manifestações em setores considerados de risco. A lei que impede o livre direito à paralisação do trabalho, que prevê multas aos sindicatos, processos judiciais e prisão das lideranças está sendo considerada limitada nos casos das greves-levantes, que ocorrem nas obras do PAC.

O envio da Força Nacional de Segurança para conter os piquetes, os bloqueios de estradas e a fúria dos grevistas das usinas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte se tornou uma prática comum. A Força Nacional de Segurança, criada por Lula, é um contingente de policiais altamente treinados para reprimir as manifestações sociais. Os fatos estão demonstrando que Lula criou uma tropa de choque federal capaz de atuar na luta de classes em qualquer ponto do País.

Dilma e o ministro da Justiça, o petista Eduardo Cardozo,

usam constantemente esse aparato repressivo. Agora, no final de março, diante da revolta dos índios, ribeirinhos e operários de Belo Monte, o governo do PT enviou um pelotão da Força Nacional de Segurança para permanecer no local por três meses. O objetivo é manter os operários sitiados e, assim, impedir novas greves e manifestações das populações prejudicadas pelas obras da usina hidrelétrica.

As burocracias da CUT, da Força Sindical e suas aliadas lamentam a lei antigreve, mas submetem os sindicatos às suas determinações. Calam-se diante da intervenção da Força Nacional de Segurança nas greves. Trabalham contra as greves-levantes e contra os métodos instintivos da classe operária de defesa da paralisação dos meios de produção. Isso porque fazem parte do governo do PT, condição essa que as obriga a disciplinar a luta de classes.

“Serviço de Inteligência” (ABIN) age no Porto de Suape

A Medida Provisória (MP) dos Portos, que amplia a privatização, vem provocando protestos e paralisações nos principais portos do país.

Em Pernambuco, o conflito se ampliou. O governador Eduardo Campos (PSB) e Força Sindical se aliaram em torno da MP para fazer oposição ao governo do PT.

O governador Eduardo Campos manifesta restrição à MP porque retira o poder dos governadores de licitar novos terminais de carga, entre outros interesses corporativos. Assim, comparece atraindo com o governo Dilma na tentativa de reunir uma fração da burguesia e da burocracia sindical, procurando angariar notoriedade em torno de sua candidatura às eleições de 2014.

A luta dos operários contra a MP se concentra na perda do controle sobre a contratação da mão-de-obra para trabalhar nos portos e nos perigos da terceirização. A MP entrega a contratação para as empresas privadas, que, certamente, em nome da chamada “modernização”, agirão destruindo postos de trabalho e direitos.

Portanto, os interesses dos operários não se confundem em nada com os interesses políticos do governador e da burocracia forcionista.

Em resposta, o governo Dilma recorreu à ABIN para “monitorar” Suape. Pretende, por meio do serviço secreto (ABIN), controlar os operários, dispostos a irem à greve. A imprensa noticiou que a ABIN conta com grupo de pessoas infiltradas e relatórios que vão para as mãos do general José Elito, responsável pelas informações sigilosas à presidência da República.

Assim, Dilma recorreu a um dos aparatos do Estado burguês, mais visível nos momentos de ditadura militar, para derrotar e incriminar as lideranças operárias que resistem à MP dos Portos.

Os operários devem denunciar o uso da ABIN, exigindo



Governo Dilma prepara instrumentos de repressão para impedir greves como a de Suape

sua extinção. Defender a independência dos organismos dos trabalhadores da política burguesa. E lutar com seus próprios métodos contra a MP.

Reação de Eduardo Campos e seus aliados

A informação de que a ABIN irá seguir os passos daqueles que se colocam contra a MP dos portos deixou irado o governador de Pernambuco e seus comparsas. O senador Rodrigo Rollemberg acusou o governo do PT de promover um “atentado à democracia”. A Força Sindical classificou a ação de “espionagem para controlar os movimentos sociais”. O senador Pedro Taques (PDT), em termos mais duros, respondeu à informação de que o ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general José Elito, garantiu que não há nenhuma operação do governo de monitoramento com a seguin-

te frase: “Oxalá esse general esteja falando a verdade, porque, do contrário, estaremos em um estado policial, reacionário”. O deputado do PPS, Rubens Bueno, exige a presença da ministra da Casa Civil e do diretor geral da ABIN na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para se explicarem.

O governo e a ABIN negaram que haja qualquer monitoramento do movimento sindical ou outra instituição do País.

Como se vê, o conflito interburguês em torno da MP dos portos deu origem a uma crise política no seio da base de sustentação do governo de Dilma. Essa gente que diz que há um atentado à democracia e que repudia o estado policial assim o faz em defesa dos interesses de uma fração burguesa vinculado aos interesses comerciais dos portos. Se fosse contrária ao estado policial e ao atentado à democracia imediatamente colocaria o fim da ABIN, do GSI e da Força Nacional de Segurança. Os politiqueiros do PSB, PDT, PPS etc, que se valem do conflito em torno da MP para fazerem oposição ao governo federal, posam de democratas, quando na verdade desenvolvem sua política sob a guarda desses mesmos órgãos da ditadura de classe da burguesia. Não se irritaram porque a ABIN

vai espionar os operários e preparar informes ao governo para perseguir as autênticas lideranças da luta grevista, mas sim porque se sentiram afetados em sua liberdade de manipular os portuários em função do jogo político que está armando em direção às eleições presidenciais.

A classe operária deve rechaçar tanto o governo quanto os politiqueiros que fazem oposição. Deve se alertar para o fato de que o Estado burguês controla dia-a-dia os passos do movimento operário, de suas lideranças combativas e das correntes revolucionárias. Deve dizer: vocês protestam contra o governo enviar a ABIN para espionar o que faz o governador e a burocracia sindical, mas nenhum de vocês convoca a classe operária para acabar com todos esses órgãos de repressão.

Hipócritas, burgueses! Vocês sequer são democratas! Vocês ajudaram Lula a criar a Força Nacional de Segurança. Vocês quiseram o fim do SNI da ditadura, mas aceitaram que em seu lugar fosse posta a ABIN. Ao contrário, nós do movimento operário levantamos a bandeira radical das liberdades democráticas: eliminação de todo aparato repressivo, fim das leis antigreve, fim dos processos e prisões de lideranças grevistas.

Euforia da burocracia sindical, maior submissão da classe operária

Dois acontecimentos testemunham o grau de euforia dos burocratas sindicais: 1) “acordo garante contratação na Scania”; 2) “Inovar-Auto: oportunidades e desafios na região do ABC”. Ambos fizeram parte da campanha da Tribuna Metalúrgica, jornal do sindicato distribuído massivamente nas fábricas.

Acordo na Scania é motivo de euforia?

A Tribuna Metalúrgica de 26 de março diz: “os companheiros na Scania colhem agora os frutos do acordo negociado entre o sindicato e a empresa em maio de 2012”. Que frutos?

O acordo na Scania implicou: 1) abertura do Programa de Demissão Voluntária (PDV) para os operários; 2) flexibilização da jornada, suspendendo por 4 dias a produção e compensação a ser negociada. Portanto, foi um acordo de demissão e de alteração na jornada de trabalho.

O acordo na Scania foi combinado com o da Volkswagen. A multinacional alemã chantageou a sua permanência no ABC, exigindo a terceirização de todo um setor da fábrica e a demissão dos aposentados (“pacote de benefícios”).

Primeiro, a burocracia aceitou as medidas das multinacionais, depois, pressionou o governo Dilma a aceitar o pleito das montadoras. O Inovar-Auto por meio de isenções de impostos desafogou temporariamente a crise no setor de vendas de caminhões e carros. As montadoras enviaram remessas de lucro milionárias para suas matrizes, garantidas pelos incentivos fiscais. A colaboração do sindicato foi decisiva, porque anulou a luta contra as demissões e contra a flexibilização do trabalho.

Inovar- Auto é motivo de euforia?

A Tribuna Metalúrgica de 3 de abril comunica os operários que haverá um seminário convocado pelo sindicato para discutir o “Novo Regime Automotivo no Brasil (Inovar-Auto). Gaba-se de ser um evento com a participação do presidente da Volks, Thomas Schmall, do vice-presidente da Ford, Rogelio Goldfarb e

membros do governo. Elogia também presença da Universidade Metodista, que cederá suas dependências para o seminário. Veja a que ponto chega uma burocracia: convida as multinacionais e o governo para analisar o sucesso do Inovar-Auto.

Mas qual é a essência do Inovar-Auto? Trata-se de uma medida governamental destinada a proteger os lucros das montadoras. Tem como meta aumentar a produção por meio de incentivos ao barateamento dos veículos com a isenção do IPI. O governo deixa de receber o imposto. As montadoras devem comprar peças e ferramentas nacionais e adotar duas medidas opcionais (aumento de gastos com pesquisa, com tecnologia industrial e adesão ao programa de eficiência energética). As montadoras se alegraram de pronto com a aceitação do governo de protegê-las contra a crise mundial de superprodução. O Inovar-Auto não diz respeito aos empregos. A burocracia sindical o endossa supondo que as montadoras, diante de tantos benefícios, manterão o chamado nível de emprego. Portanto, não há nenhuma cláusula proibindo as demissões ou dificultando a flexibilização do trabalho. Foi o que ocorreu com a General Motors. A multinacional GM foi uma das primeiras montadoras a aderir ao programa do governo e exigir a redução do piso salarial, a impor o PDV e a demitir, é o que ocorreu com sua unidade de São José dos Campos.

A burocracia sindical do ABC, que está de braços dados com as multinacionais, elogia o Inovar-Auto, esperando as sobras. O presidente da Volks e o vice da Ford têm todas as razões do mundo para comparecer ao seminário promovido pelos burocratas. Está aí por que dizemos: euforia dos burocratas às custas de maior submissão do sindicato metalúrgico.

Combater a política de traição ao proletariado

As medidas do governo e a pronta colaboração dos sindicalistas do PT com as multinacionais têm tido resultados que parecem favorecer os metalúrgicos em um ponto – a preser-

vação dos empregos. A burocracia tem iludido os trabalhadores com essa moeda de troca. Diz que a flexibilização da jornada (banco de horas), lay-off, etc. são a garantia de que os empregos não serão cortados. Oculta que tanto o auxílio governamental quanto a renúncia de direitos trabalhistas são tomados diante da crise de superprodução. E que essa crise continua avançando e que, ao ganhar maior volume no Brasil, passará por cima de todas essas medidas e concessões. As multinacionais vão demitir em massa, mais cedo ou mais tarde.

O que a burocracia do PT e da CUT está fazendo é manter a classe operária desarmada e desprevenida diante de uma crise de grandes proporções, que, embora, já tenha golpeado a economia brasileira, ainda está por se manifestar em toda sua gravidade.

A euforia colaboracionista dos sindicalistas vendidos às multinacionais resultará em tragédia para os metalúrgicos e suas famílias. Mas não só para os trabalhadores das montadoras, a classe operária como um todo está submetida a essa

política de traição aos seus interesses gerais. Não por acaso, a CUT, Força Sindical, CTB e congêneres se encontram alinhados ao governo pró-imperialista de Dilma Rousseff e trabalham incessantemente para evitar que o curso da crise do capitalismo dê lugar a explosões da luta de classes.

O papel fundamental da burocracia que se assenta nos setores controlados pelas multinacionais, onde se concentra o proletariado mais avançado, é o de sufocar o instinto de luta dos assalariados e impedi-los de elevarem sua consciência classista, revolucionária, socialista. Ao contrário, trata-se de defender inflexivelmente o programa proletário de combate à crise e ao capitalismo.

As reivindicações que defendem a vida da maioria que vende sua força de trabalho à burguesia são incompatíveis com qualquer forma de conciliação de classes. Devem ser o ponto de partida de defesa dos empregos, dos salários e das condições de trabalho.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

GENERAL MOTORS DEMITE MAIS 598 OPERÁRIOS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Em defesa do trabalho e da vida dos assalariados, lutar:

Pela readmissão de todos os demitidos!

Pela estatização sem indenização da multinacional!

Impor o controle operário da produção!

Abrir a contabilidade de todas as multinacionais!

A multinacional norte-americana finalmente cumpriu uma das etapas de ajuste capitalista na sua planta de São José dos Campos – enviou as famosas cartinhas de demissão aos 598 metalúrgicos que foram suspensos do trabalho, em 26 de janeiro. Cumpridos os dois meses de “lay-off”, os operários foram postos no olho da rua.

O desfecho infeliz para os explorados e feliz para os exploradores expressa as leis de funcionamento do capitalismo e da luta de classes. A multinacional visa a garantir sua taxa de lucratividade e sua direção age cortando empregos e salários. Ataca mais livremente os trabalhadores nas condições desfavoráveis da luta de classes.

Não foram apenas 598 os sacrificados, anteriormente as demissões já tinham feito cabeças rolares. Os cortes efetuados por meio das “demissões voluntárias (PDVs)” são parte do mesmo processo de destruição de postos de trabalho. A soma geral das demissões é alta! Os metalúrgicos estão arcando drasticamente com os cálculos da montadora e com as medidas de “flexibilização do trabalho”.

O que se passa com os operários da GM de São José é parte do que está se passando com todas as montadoras no Brasil e no mundo. Milhares e milhares de metalúrgicos foram submetidos a cortes salariais, perdas de direitos, demissões em massa e aumento da exploração para os que ficam. A crise de superprodução afeta amplamente o setor automotivo em escala internacional.

As experiências passadas e recentes no ABC paulista foram

e são saudadas como muito positivas para os interesses das multinacionais. O brinde de taças aos êxitos da aplicação dos métodos gerenciais capitalistas conta não só com o “salut” dos diretores das montadoras como também com o da burocracia sindical da CUT e de seus comparsas da Força Sindical, CTB, etc.

Em São José dos Campos, faltava recolher a ovelha negra que nasceu fora do rebanho. Não era preciso exigir que os desnaturados dessem o “salut” em uníssono com os capitalistas e as boas ovelhas branquinhas do ABC. Poderiam continuar como ovelha negra, mas desde que reunida ao rebanho das ovelhas brancas. O estrondoso êxito da GM somente foi assim porque arrastou a ovelha negra pelo pescoço e a colocou no lugar desejado.

A direção do sindicato não levantou a taça como os burocratas do ABC, mas o seu presidente, Antonio Ferreira de Barros, o Macapá, não se acanhou em tirar uma foto colando no peito do algoz Luiz Moan um símbolo adesivo do SINDMETAL. Deveria ser destituído da direção do sindicato por esse gesto pusilânime, que refletiu adaptação ao sindicalismo venal. Mas o PSTU e a CSP-Conlutas não reconhecem a violação da conduta revolucionária, uma vez que a direção operária do SINDMETAL segue sua política pequeno-burguesa.

As demissões em massa foram impostas sem que houvesse qualquer resistência. O sindicato não pôde fazer nada. Acatou-as, caladinho. E por quê? Porque o SINDMETAL assinou um acordo de demissão. O adesivo do sindicato que o Macapá

colou no paletó do algoz Moan significou muito para a GM e também para os metalúrgicos. Representou a assinatura do acordo de 26 de janeiro. Um acordo bendito para o capital imperialista; e maldito para os trabalhadores. Pela primeira vez na história do sindicalismo brasileiro, uma direção que se diz trotskista, socialista, revolucionária e antiburocrática negocia com o patronato uma forma de golpear os empregos e os salários. Como diz a GM, “procedeu ao desligamento de 598 empregados da fábrica de automóveis” sob a proteção de um acordo celebrado “na presença de autoridades municipais, estaduais e federal”.

Em nota, o Sindicato dos Metalúrgicos comunica as demissões em tom de lamúria e diz que “se reuniu com a GM para reivindicar a volta de todos os trabalhadores à fábrica”. “A empresa, entretanto, manteve-se irredutível e reafirmou o plano de demissões.” Isso foi tudo que o sindicato pôde fazer. Só restou à sua direção o direito de lamuriar e de fantasiar que “em razão das mobilizações dos trabalhadores e do acordo negociado com o Sindicato” o pior não aconteceu. A crítica ao governo Dilma Rousseff por subsidiar a GM e não fazer nada contra as demissões ficou inundada no vale das lamentações.

Nenhuma justificativa do PSTU, da CSP-Conlutas e do SINDMETAL vai encobrir a profunda derrota dos metalúrgicos e a incapacidade da direção sindical de ter preparado a resistência. Não são apenas as demissões que pesam nas costas da direção. No acordo, também foi estipulado a redução do piso salarial para os novos contratos de R\$ 3.100,00 para R\$ 1.800,00. Uma paulada de arrebentar. Houve uma derrota política: o sindicato assinou um acordo nos moldes da flexibilização trabalhista. Há críticos oportunistas que dizem que foi uma derrota parcial. Absolutamente falso! A GM manobrou com um acordo que dava um respiro para os burocratas de esquerda não se afogarem de vez. Jogou para frente o fechamento da MVA. Assim não precisou demitir de uma só vez. Até dezembro, os trabalhadores que ficaram na linha de montagem do Classic continuarão empregados, mas se matando para dar conta da produção. Até lá, a multinacional verá se ainda compensa manter a MVA funcionando na planta de São José dos Campos. A empresa também afirmou que investirá R\$ 500 milhões. Estas são as vitórias parciais reivindicadas pelo PSTU e seus aparatos sindicais.

É uma farsa propagandear que houve vitórias; e uma mentira a avaliação de que a derrota foi parcial. O certo é que a GM impôs aos operários suas diretrizes em toda linha. Agora, as 598 demissões não parecem nada de estrondoso e anormal, pois estavam previstas e sacramentadas no maldito acordo de 26 de janeiro.

Os burocratas da CUT/PT, Força Sindical/PDT, CTB/PCdoB se alegraram com o resultado de São José dos Campos. A CSP-Conlutas tinha entre seus inúmeros ataques à CUT – todos sustentáveis – a assinatura de acordos de flexibilização do trabalho negociados pelo Sindicato Metalúrgico do ABC. Ao ser arrastada pela GM, sem ter sido capaz de levar os operários ao combate e finalmente ter se curvado ao plano da montadora, a CSP-Conlutas evidenciou que dificilmente se transformará em um portentoso instrumento da luta de classes. O acordo de demissão e de redução salarial e a aceitação do PDV, lay-off e banco de horas colocaram o SINDMETAL no mesmo plano

da CUT, embora as suas direções continuem a se diferenciar ideologicamente.

A queda da resistência em São José dos Campos contra a implantação da política imperialista de aumento da exploração do trabalho nas semicolônias – lembremos que as multinacionais materializam a política externa do capital financeiro – pesa em favor do enorme recuo da classe operária no Brasil diante das ações da classe capitalista e de seus governos. A CUT, o Sindicato Metalúrgico do ABC, a Força Sindical e o Sindicato Metalúrgico de São Paulo são o carro chefe do desarme do proletariado. A gigantesca penetração dos monopólios internacionais na estrutura econômica do País impôs as condições de sobrevivência das burocracias sindicais. A estatização dos sindicatos em grau muito mais elevado do que no período varguista, de 1930 a 1950, se tornou necessário para o domínio monopolista da produção e para a exploração da mão-de-obra. A submissão dos sindicatos ao Estado e ao patronato se faz por meio das direções sindicais. O velho pelego da época do nacionalismo burguês foi substituído pelos novos burocratas instruídos na escola imperialista da social-democracia.

O PSTU – antiga Convergência Socialista – teve a oportunidade de penetrar em uma centena de sindicatos, entre eles o mais importante é o SINDMETAL. Foi se adaptando ao aparato sindical, constituindo uma variante de esquerda centrista. Cindiu a CUT na esperança de potenciar um sindicalismo de esquerda opositora. No entanto, não serviu de canal para uma ruptura da classe operária com a burocracia conciliadora. A decisão de levar seus sindicatos a dividir a CUT não foi uma necessidade colocada por uma camada dos explorados, que por ventura se chocava com os aparatos estatizados e que instintivamente procurava um novo meio de expressão da luta de classes. A tarefa de combater a burocracia estatizante e pró-imperialista constituindo uma fração revolucionária no interior do movimento operário e, portanto, dos sindicatos foi substituída pelo divisionismo e pela constituição de um aparato próprio. Essa via não seria possível se o PSTU não tivesse se concentrado em promover o corporativismo esquerdista.

O impasse do SINDMETAL diante da brutal pressão da GM, da CUT, da imprensa, etc. e finalmente o acordo de derrota é um elo desse processo. O maior teste da luta de classes que a CSP-Conlutas passou foi o de abril de 2012 e janeiro de 2013. Mostrou-se impotente para fazer uma campanha nacional, que mobilizasse seus sindicatos e colocasse a CUT, Força e CTB contra a parede. Isoladamente, o SINDMETAL capitulou.

As demissões em massa não são uma novidade no capitalismo em decomposição. Ninguém foi tomado de surpresa. Não há nada pior do que uma derrota sem luta. O PSTU e seus burocratas centristas de São José dos Campos (infelizmente os operários que despertaram para uma posição de esquerda seguem a política pequeno-burguesa do morenismo) se negaram a fazer um balanço autocrítico de sua política corporativa de esquerda. O resultado foi o de negar a derrota e ocultar sua responsabilidade.

A decisão da GM de desativar a Montagem de Veículos Automotores (MVA) e a ameaça de transferir a fábrica de São José dos Campos foram uma moeda de uma só face, a mesma também foi apresentada ao Sindicato Metalúrgico do ABC. O

ultimato foi dado da seguinte maneira pelas montadoras: temos de implantar a flexibilização do trabalho, porque essa é uma tendência mundial da indústria automobilística. Vejam o exemplo do sindicato metalúrgico da Alemanha, que aceitou perdas de direitos em troca dos empregos. Aqui no Brasil, podemos fazer o mesmo. E se vocês não aceitarem, podemos deixar o ABC e ir para outro estado, que nos receberá de braços abertos e nos dará boas condições. Como se vê, os patrões imperialistas têm a seu favor a classe operária desorganizada nacionalmente – a CUT não passa de um aparato de sindicatos corporativos – e os governos prontos para servi-los.

O Brasil é um dos paraísos mais lucrativos e seguros para os abutres metropolitanos. É claro que um sindicato da burocracia centro-esquerdista não vai ser um obstáculo aos propósitos de uma GM. Está, portanto, por ser constituída uma fração revolucionária no seio do proletariado, o que depende do desenvolvimento do partido marxista-leninista-trotskista, que lute com o programa da revolução proletária.

Objetivamente, está colocada a necessidade de se propagandear e agitar as bandeiras de estatização sem indenização das multinacionais e do grande capital nacional a elas associados,

de controle operário da produção, de formação dos comitês de fábrica independentes e bandeiras de defesa radical da vida das massas, como escala móvel das horas de trabalho e salário mínimo vital com escala móvel de reajuste. O PSTU e os sindicatos sob seu controle se negam a desenvolver ações em torno de reivindicações transitórias, que como tais levam a classe operária a combater no terreno da luta antiimperialista e anticapitalista. A multiplicidade de centrais, por sua vez, fragmenta o movimento operário e o enfraquece diante da burguesia centralizada. As montadoras estão, assim, à vontade para abusar de seu poder.

A vanguarda operária e a militância devem tirar todas as lições sobre os acontecimentos de São José dos Campos e se lançar à defesa diária de um sistema de reivindicações transitórias e às ações de combate de massa à ofensiva da classe capitalista sobre as condições de existência dos explorados.

- **Pela readmissão de todos os demitidos da GM!**
- **Abolir os PDVs, os lay-off, os bancos de horas e as terceirizações!**
- **Estabelecer o controle operário da produção!**
- **Nacionalização das multinacionais por meio de expropriações sem indenizações!**

Latifundiários assassinam o líder camponês Fábio dos Santos Silva

No início de abril, Fábio dos Santos Silva foi vítima dos pistoleiros pagos pelos latifundiários da Bahia. Foi cravejado por 15 tiros, disparados a queima-roupa. Era militante do PT e do MST e fazia parte da Brigada Pedro de Almeida, desde a ocupação de 2009-2010 na fazenda Três Lagedos, na Bahia. Estava jurado de morte. Foi assassinado na frente da mulher. A história de Fábio se repete nos milhares de sem-terra que tombaram pela reforma agrária. Nesse País da impunidade, os crimes da burguesia são tratados com luvas de pelica. A Justiça, na maioria das vezes, arma um julgamento que termina inocentando os verdadeiros responsáveis.

Repetimos: o assassinato de Fábio, como do casal José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, da chacina de Eldorado dos Carajás, de Corumbiara e tantos outros são de responsabilidade dos latifundiários e dos governos.

Não há como os camponeses lutarem pela terra sem enfrentar a violência reacionária dos latifundiários. A experiência mostra sobejamente essa constatação. No entanto, o movimento camponês insiste em reivindicar o direito a terra sem

organizar a autodefesa armada. Assim, fica exposto as armas assassinas dos coronéis de terra. Indefeso, depende do que o governo e sua Justiça façam. O resultado não tem sido nada bom para os pobres do campo. Quase sempre os assassinos ficam impunes.

É passada a hora do movimento operário e camponês responder à violência dos capitalistas com a constituição de um Tribunal Popular, que nasça da mobilização nas fábricas, no campo e nos bairros operários. A mentalidade pacifista que impregna o MST e outras organizações favorece a constante agressão armada dos opressores. Essa mentalidade resulta da passividade quanto a utilização dos meios de luta da classe operária e camponeses, como a formação de comitês de auto-defesa e a constituição do Tribunal Popular. No momento em que se superar a política do desarme, a luta de classes no campo penderá a favor da maioria oprimida.

Pela imediata punição dos assassinos!

Constituir os comitês de autodefesa armados!

Pôr em pé um Tribunal Popular!

A farsa do julgamento do assassinato de José Cláudio e Maria do Espírito Santo

No dia 4 de abril, o júri de Marabá absolveu o responsável pelo assassinato do casal de extrativistas e condenou os jagunços que executaram o crime. Uma cena comum nos julgamentos de assassinatos de camponeses: absolve o mandante e imprime uma pena aos executores, que logo mais serão libertos.

José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo foram assassinados, em maio de 2011, no assentamento Praia Alta-Piranheira, em Nova Ipixuna, Pará. Depois de dois anos e de provas contundentes, veio a farsa do julgamento.

O local do julgamento foi cercado pelos camponeses e movimentos sindicais, que responderam à manobra da Justiça com protestos e apedrejamento do prédio público.

A classe operária, os camponeses pobres e demais explorados devem rechaçar a Justiça comprada com o dinheiro da burguesia agrária, responsabilizar os latifundiários e o governo pelos assassinatos e defender o Tribunal Popular para julgar e punir os crimes da burguesia e de seus representantes no poder do Estado.

Responder com luta a flexibilização das leis trabalhistas no campo

A burguesia rural e seus representantes no Congresso Nacional exigem que o governo Dilma Rousseff dê mais um passo em favor da flexibilização do trabalho.

A agroindústria cresceu na última década em função do aumento das exportações de commodities. Porém, o proletariado rural aumenta vagarosamente. Está constituído de pouco mais de 4 milhões de trabalhadores.

Os capitalistas agrários vêm exigindo alterações na débil legislação, objetivando a legalização do trabalho temporário. Sob a pressão da burguesia rural, em 20 de junho de 2008, Lula decretou a Lei 11.718, que legisla o contrato de trabalho rural de curta duração. Para isso, foi obrigado a alterar a já precária legislação da ditadura militar (Lei nº 5.889/ 1973). O contrato por tempo determinado teve como consequência o surgimento de uma camada de operários que são prestadores de serviços. Está sujeita às empresas de locação de mão-de-obra, à rotatividade e às exigências da qualificação. Mesmo assim, para se livrar dos encargos sociais previstos na Lei 11.718, os empregadores a burlam frequentemente. A fiscalização por parte do governo é morosa e, muitas vezes, refém dos grandes produtores.

Mesmo com todas as facilidades contidas na Lei, tem intensificado a pressão para novos arranjos na legislação. Os ruralistas pleiteiam o fim do pagamento das horas-extras, redução dos mecanismos previstos para o transporte e alojamentos de operários e maior flexibilização na Norma Regulatória (NR-31, que dita regras de prevenção de acidentes e segurança do trabalho), objetivando evitar as possíveis multas dos auditores fiscais. Portanto, querem que a lei garanta o direito de maior exploração e precarização das condições de trabalho. Pretendem, também, alterar a caracterização de trabalho escravo no campo, criando denominações como a de trabalho degradante. Com isso, ficam isentos das penalidades previstas na Lei.

O Congresso Nacional é controlado por uma bancada ruralista parlamentar que serve aos interesses da burguesia agrária. Tem como chefe a latifundiária Kátia Abreu.

Os camponeses pobres e o movimento dos sem-terra devem rechaçar a flexibilização das relações de trabalho no campo e exigir que o governo Dilma aceite todas as medidas de proteção contra a exploração do trabalho no campo.

Responder a brutal crise da saúde por meio da reivindicação:

Sistema único, público e estatal, sob o controle dos trabalhadores; estatização da rede privada de saúde, por meio da expropriação sem indenização

68% da população brasileira têm a rede pública de saúde como a única forma de atendimento. O sistema está sucateado: faltam médicos, aparelhos, as filas de espera são monstruosas, os exames demoram meses e as cirurgias ficam na dependência dos hospitais e dos especialistas. As denúncias de descaso, corrupção e erros médicos estão por todos os lados.

23% da população possuem planos privados de saúde ou convênios médicos. Apesar da política favorável à ampliação dos planos privados, o valor cobrado se torna impeditivo para amplas camadas de assalariados. As reclamações são muitas: dificuldade de se obter uma consulta, alta rotatividade dos médicos, exames e cirurgias não credenciados, preços exorbitantes, etc.

Nos últimos 5 anos, segundo dados do governo, “o número de usuários de planos de saúde cresceu, em média, 5% ao ano desde 2007, cerca de 5% dos leitos privados foram fechados no mesmo período (16.290 leitos). Isso significou o fechamento de 286 hospitais privados”. Os empresários usam esses dados para culpar o Sistema Único de Saúde (atendimento privado prestado ao SUS), a administração dos planos particulares, a falta de apoio do governo e os altos impostos. Exigem, na realidade, mais incentivos públicos para a rede privada.

O governo Dilma Rousseff, diante de tamanha precariedade da saúde, acenou com novas medidas: redução de impostos, mais recursos para obras hospitalares, “solução” para as volumosas dívidas das Santas Casas, mais vagas nas facul-

dades de medicina e barateamento dos planos de saúde. Os grupos privados questionam a medida de baratear os planos de saúde, indicando que a rede privada precisa de subsídios para suportar a ampliação dos planos. Querem, assim, que o governo abra muito mais os cofres públicos.

O fato é que a saúde chegou à beira do precipício. A maioria da população depende dos postos e dos hospitais públicos. Os governos há muito vêm privatizando, direta ou indiretamente. E a saúde vem sendo desnacionalizada pelo controle pelas multinacionais.

O fato é que os governantes agem em favor da mercantilização da saúde. Sob a pressão dos grupos privados, foram implementadas as Organizações Sociais (OSs). A gestão da saúde passou para a iniciativa privada (parcerias público/privada). Os resultados estão aí: maior sucateamento, rotatividade de mão-de-obra e flexibilização das relações trabalhistas. Nesse momento, o governo do PSDB de São Paulo, Geraldo Alckmin, anunciou que o Hospital Público dos Servidores será gerido pela iniciativa privada. E o prefeito do PT, Fernando Haddad, se comprometeu nas eleições a manter o controle das Organizações Sociais sobre os hospitais, que têm por detrás as igrejas que parasitam os cofres públicos. É conhecido o enorme desvio dos recursos estatais destinados à saúde.

Os trabalhadores da saúde têm constantemente realizado greves e manifestações, denunciando o sucateamento do serviço público e reivindicando melhores condições de trabalho

e direitos sociais. Porém, estão submetidos a direções sindicais burocratizadas, oficialistas e reformistas. Com isso, as greves ficam isoladas e limitadas às determinações da lei que obriga a manutenção dos serviços no período de paralisação. Acabam sendo movimentos longos e passivos, que morrem pelo desgaste natural. Os governos aproveitam para responsabilizar os grevistas pela precariedade do atendimento à população.

A situação da saúde tende a piorar. O que implica uma mudança radical na condução da luta dos trabalhadores. O ponto de partida são as reivindicações que unificam os explorados e o método da ação direta coletiva. A defesa da saúde pública para ser consequente se choca com as multinacionais e os grupos monopolistas. Terá de derrotar a política privatista do governo e a colaboração das burocracias sindicais.

A saúde, como todas as necessidades sociais, expressa as divisões de classe. A burguesia e a classe média alta contam

com a medicina tecnológica. Podem pagar uma fábula para garantir a sua saúde, que já é protegida pelo que há de melhor. Os custos da saúde em geral acabam sendo determinados pelas grandes corporações hospitalares, médicas e farmacêuticas. O sistema público se subordina a essas condições econômicas. E não pode atender as necessidades mais elementares da maioria, cuja saúde é constantemente afetada pela brutal exploração, pelos baixos salários e pela miséria. A expropriação sem indenização de todo aparato privado da saúde e a constituição de um sistema único, público e gratuito é uma tarefa democrática, que se contrapõe aos privilégios econômicos da minoria. Está aí por que não é defendida pelos sindicatos dos trabalhadores, que se encontram sob a direção burocrática e pró-capitalista. O sistema único, público e gratuito é uma reivindicação transitória que leva a luta pelo socialismo.

Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, ocupada pelos evangélicos e toda sorte de reacionários

No início de março, os protestos no Congresso Nacional contra a eleição do pastor e deputado pelo PSC, Marco Feliciano, para presidir a Comissão de Direitos Humanos, transpareceram o quanto o parlamento é uma Casa do obscurantismo. Nem mesmo a imprensa reacionária apoiou o evangélico, que havia deixado claro em declarações a mentalidade discriminadora, racista, homofóbica e repressiva.

O que explica a condução de uma personagem tão grosseira, imbecil e estúpida à presidência da Comissão dos Direitos Humanos da mais alta instituição da democracia? O apodrecimento e a decomposição da política burguesa – é a explicação geral de tal fenômeno. O Congresso Nacional é dominado por bancadas evangélicas e católicas, de latifundiários e de agentes do grande capital. A informação é de que a Comissão de Direitos Humanos foi relegada por quase todos os partidos, inclusive aqueles que se dizem de esquerda, como o PCdoB, já que outras Comissões permitem maior vóto eleitoral.

O desconhecido pastor que usa o púlpito para atacar os homossexuais acabou ganhando enorme projeção com o barulho feito pelos movimentos da pequena-burguesia, que querem uma Comissão dos Direitos Humanos voltada a defender os direitos dos homossexuais, dos negros, das mulheres e dos índios. Não se pode deixar de reconhecer o bom propósito, mas não será através do Parlamento burguês oligárquico-religioso e de política de direitos humanos que a reação será derrotada e as “opressões”, combatidas.

Pode-se dizer que é melhor um Parlamento democrático e progressista do que um antidemocrático e regressivo. E que a derrubada do pastor da presidência da Comissão de Direitos Humanos será uma vitória democrática. O erro dessa suposição está em que não há possibilidade de se reformar e renovar as instituições do Estado sob o capitalismo em decomposição. O que o PSOL e outras correntes que fizeram das “opressões” o fundamento de sua política fazem é procurar se potenciar no âmbito da democracia eleitoral. Por essa via, os Felicianos continuarão em seu objetivo de fortalecer a reação.

Como se colocar então diante da escalada do evangelismo opressor? Deixar que Feliciano seja eleito por quase todos os

partidos, inclusive pela representação do PT no Congresso? Absolutamente, não! Essa posição estaria a favor dos inimigos dos direitos democráticos. Dizemos abaixo Feliciano! Combatamos o Parlamento da reação! Derrotemos as discriminações com a política operária! Os direitos humanos são parte da política burguesa e pequeno-burguesa. Tanto serve a causas democráticas – como a de contestar Feliciano – quanto antidemocráticas – como quando os Estados Unidos condenam o Irã, etc. A sua progressividade se esgota quando se limita ao Parlamento oligárquico-decomposto.

A esquerda tem feito convalesce com as tais das opressões. Isso porque seus movimentos e ações se limitam a obter direitos civis. É possível que Feliciano acabe deixando a presidência da Comissão de Direitos Humanos depois de dizer que os parlamentares opositores são filhos do diabo. Nada vai mudar para os homossexuais, negros, mulheres e índios que sofrem a violência da sociedade de classe.

A mentalidade de seita de Feliciano somente tem espaço para se manifestar com peso social e político porque os explorados estão profundamente submetidos à burguesia, aos seus partidos, ao Parlamento e à burocracia sindical. A esquerda democratizante contribui para a manutenção dessa situação ao fazer das “opressões” um fim em si mesmo e motivos para particulares respostas. É o que se viu com a contestação ao Feliciano sem se atacar o Congresso como antro da reação burguesa. E sem desmascarar a política dos direitos humanos desfraldada pela burguesia.

Não se trata de opressões, mas de opressão de classe. Dela decorrem as mais variadas formas de discriminação e de violência físico-moral (espancamentos, assassinatos, aviltamento, diferenciação no trabalho, etc.). Essas formas de opressão têm suas raízes na divisão de classes do capitalismo. A burguesia e suas instituições procuram conter os excessos com campanhas de direitos humanos, legislação e ação policial. Exemplos: a Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente, direitos civis aos homossexuais (casamento civil), etc. No entanto, nada disso elimina a violência contra a mulher, as crianças, homossexuais, negros, etc. As legislações protetoras devem ser

defendidas, mas para demonstrar sua inaplicabilidade no capitalismo em decomposição.

As seitas religiosas que ditam o comportamento sexual, com anuência da burguesia, de seus partidos e do Parlamento, condenam o casamento entre homossexuais e por meio de absurdos garantem que o casamento heterossexual é uma bênção de Deus. Pois bem, a opressão sobre a mulher começa na casa dos pais, continua em sua casa quando casada e por aí vai. Sem dúvida, a violência sobre a mulher não é menor do que sobre os homossexuais. E, o mais importante, a violência sobre a vida afetiva e social dos homossexuais cessará quanto cessar a violência sobre a mulher, o que pressupõe uma completa transformação da família.

O feminismo pequeno-burguês atribui ao “machismo” a culpa de toda desgraça da mulher. Educando o homem para a igualdade dos “gêneros” a opressão desaparecerá. Falso, a posição patriarcal do homem e sua posição de força são geradas pela divisão de classes e não por simples atraso cultural. As igrejas – a católica sustenta o medievalismo, que as evangélicas adaptaram ao seu culto – não podem abrir mão de valores tão bárbaros, porque sua função é a de reproduzir a opressão

Bahia

Manifesto do Partido Operário Revolucionário ao 5º Encontro Nacional de Mulheres Estudantes da UNE

Nos dias 29 a 31 de março na cidade de Camaçari/Bahia ocorrerá o 5º Encontro Nacional de Mulheres Estudantes da UNE, que tem como tema: *Pra mudar a universidade: somos todas feministas*. O encontro ocorre numa conjuntura de avanço da crise mundial do capitalismo, que tem gerado cada vez mais exploração, miséria, opressão, guerras, violência, desemprego, ou seja, a barbárie social em todos os países. No Brasil não é diferente. Acabamos de assistir a demissão de 598 operários pela multinacional General Motors em São José dos Campos/SP.

Como esses trabalhadores, milhões estão desempregados, subempregados ou na informalidade. Avançam os processos de flexibilização das leis trabalhistas e o governo acena com a aprovação do Acordo Coletivo Especial (ACE) e as restrições contra o direito de greve. Jovens são mortos todos os dias nos bairros populares, cortiços e favelas, que são ocupados pela polícia, como no Rio de Janeiro e Bahia. A criminalização dos movimentos sociais, os processos contra lideranças e militantes de esquerda, a intervenção da Justiça nas greves, a prisão de grevistas (PAC) e a matança de camponeses se tornam cada vez mais comuns.

Nesse contexto de crise do capitalismo e de avanço da barbárie social ressaltam-se a exploração das mulheres trabalhadoras no mercado de trabalho, os baixos salários, a discriminação, a dupla jornada de trabalho, a violência desenfreada, a falta de hospitais adequados e a criminalização do aborto pelo Estado. Portanto, o que se vê na realidade é o aumento crescente de estupros, da violência e assassinatos de mulheres, pauperização das condições de vida e trabalho das mulheres trabalhadoras, aumento da jornada de trabalho, sem liberação da jornada doméstica, assédio moral, sexual e tantos outros problemas de opressão da mulher. Quanto mais avança a crise

cultural do capitalismo.

O fato de o Congresso Nacional ter abrigado partidos e parlamentares de todas as seitas – elas também controlam rádios, canais de TV, jornais e escolas – indica que a reação avançou porque a classe operária está garroteada pela política burguesa do PT e aliados. As igrejas terão de ser expropriadas de todas as propriedades que a burguesia lhes possibilitou. Somente assim, por essa luta, tem sentido combater a ação reacionária das igrejas e de seus aliados no Congresso Nacional. A expropriação das propriedades das Igrejas será possível no processo da luta histórica do proletariado pela expropriação geral da burguesia.

Acabemos com a opressão em todas as suas formas acabando com o domínio da burguesia sobre os meios de produção e sobre toda a sociedade. Lutemos contra a violência racial, sexual e nacional (sobre os índios) responsabilizando a burguesia e seu Estado, armados com o programa da revolução socialista.

Abaixo os Felicianos burgueses!

Fim de toda opressão racial, sexual e nacional!

Derrotemos o obscurantismo com a luta pelo socialismo!

mundial e a barbárie capitalista, aumenta ainda mais a opressão sobre as mulheres trabalhadoras e sobre o conjunto dos trabalhadores assalariados, em particular o proletariado.

O 5º Encontro tem, portanto, a oportunidade de dar respostas contundentes a esses problemas, aprovar um plano de reivindicações e de lutas e avançar na organização e mobilização. Entretanto, é necessário romper com qualquer linha sexista e defender a unidade na luta entre homens e mulheres trabalhadores, entre operárias e operários, camponesas e camponeses, jovens trabalhadores e trabalhadoras, enfim, é preciso defender a unidade organizativa e política do conjunto dos explorados contra os exploradores, se é que se pretende armar as mulheres de um programa revolucionário, que, de fato, confronte-se com a opressão capitalista e aponte para a superação da sociedade de classes, isto é, que coloque o movimento de mulheres no campo da luta de classes e do socialismo.

A programação do encontro contempla debates acerca do acesso à justiça e consolidação dos direitos das mulheres, combate à lesbofobia, o mapa da violência no Brasil, a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, avanços e desafios da luta das mulheres, FEMINISMO NOSSA FORÇA E NOSSA VOZ, mulheres e o mundo do trabalho, legalização do Aborto, dentre outras temáticas. Essas questões não devem ser tratadas de forma abstrata, academicista e genérica, fora dos marcos da luta de classe. A autêntica defesa da vida das mulheres significa antes de tudo a defesa de suas reivindicações históricas, mas também o reforço conjunto com os trabalhadores da luta anticapitalista e anti-imperialista, isto é, de destruição do capitalismo e construção do socialismo.

O 5º Encontro precisa romper com a linha de apoio ao governo burguês de Dilma Rousseff (PT) e com o governismo das correntes que o dirigem (PT e PCdoB), substituir a apos-

ta nos métodos institucionais pelo método da ação direta (assembleias, ocupações, manifestações de rua, greves), capaz de impor as reivindicações das mulheres aos governos e avançar na luta de classes. Não se pode mascarar o caráter de classe dos governos e do Estado, ou defender um capitalismo mais humano, como tem sido feito pela direção da nossa maior entidade (UNE), pela via da colaboração de classes e do controle férreo e burocrático das lutas estudantis, que mantém os estudantes conformados e atados diante das medidas e leis de ataque à educação, às universidades e à vida dos trabalhadores e servidores públicos.

É preciso reconhecer o caráter classista da justiça e que não adianta apenas aprovar Leis que são meras formalidades, a exemplo da Lei Maria da Penha que não reduziu a violência contra a mulher. Devemos intervir no movimento com uma

Professores São Paulo

A Corrente Proletária interveio nas reuniões regionais de 27 de março, defendendo a greve e o método da democracia sindical. Publicamos abaixo o boletim.

Dia 19 de abril, estamos em greve

No dia 15 de março, mais de 5000 professores do estado votaram pela greve a partir do dia 19 de abril.

Foram dois anos de negociação e nada de melhoria nas escolas. Ao contrário, o arrocho salarial aumentou, o governo manteve a jornada estafante e ampliou o número de contratações sob a lei 1093/2009. A greve foi aprovada para dar uma resposta à intransigência do governo Alckmin que não cumpre com a lei do piso nacional, que não apresenta reajuste salarial para recompor as perdas inflacionárias, que mantém em situação de extrema precarização quase 50 mil professores da categoria O, que preserva e expande o excludente programa de Escola em Tempo Integral.

Para greve começar com força, é preciso que haja uma forte assembleia na avenida Paulista (MASP), com paralisação das escolas e uma expressiva passeata até o centro de São Paulo. A assembleia e atos massivos mostrarão ao governo que nossa força são as dezenas de milhares de professores que mantêm a rede de ensino estadual em pé e evidenciarão à população o descaso e a situação de destruição da educação pública.

O momento agora é de organização. A tarefa de cada Representante de Escola, de cada Conselheiro é de mobilizar as noventa e seis subsedes do sindicato espalhadas pelo Estado, paralisar as escolas para o dia 19 e levar as caravanas. Todas as atividades da APEOESP estão agora subordinadas à construção da greve. Todos os recursos da entidade devem ser utilizados para esse fim.

Organizar os comandos de greve e negociação

Para que a greve seja vitoriosa, é necessário que os professores atuem em todas as esferas do movimento, passando da mobilização à negociação com o governo. Sabemos que há uma parcela de professores que desconfia da direção sindical.

linha classista e revolucionária. Defender a legalização do aborto, seguro e gratuito, para as mulheres trabalhadoras. Reclamamos: a luta das mulheres não deve estar isolada das lutas dos demais explorados (homens e mulheres trabalhadores), as reivindicações das mulheres oprimidas devem estar articuladas pelo método da ação direta, sem quaisquer ilusões institucionais no Estado capitalista e seus governos.

Viva a luta das mulheres trabalhadoras!

Viva a luta anticapitalista e anti-imperialista!

Nenhuma conciliação de classes com os governos e patrões!

Viva a revolução e ditadura proletárias!

Que vivam as mulheres trabalhadoras, que morra o capitalismo!

Salvador, 29 de Março de 2013.

Muitos erros já foram cometidos e é preciso evitá-los no atual movimento. Para isso, as assembleias e as reuniões devem ser expressão de todas as correntes de pensamento que atuam no interior da greve.

A representação de professores de base na visita às escolas, nas reuniões do conselho e da diretoria, e nas negociações com o governo é essencial para preservar a democracia e fortalecer a mobilização.

Por isso, defendemos que as reuniões de representantes aprovelem os comandos de mobilização e indiquem a aprovação do comando de negociação para a assembleia geral do dia 19.

Centrar a campanha nas bandeiras gerais

Temos insistido que a greve deve ter eixos precisos que mobilizem e unifiquem toda a categoria. Embora sejam muitos os problemas da rede, a campanha deve estar centralizada em torno de seis eixos:

- 1.) REAJUSTE IMEDIATO DOS SALÁRIOS (o índice de 36,74% de 2010 deve ser revisto com base nas perdas dos últimos dois anos). Em nossos cálculos, as perdas são de 49%.
- 2.) ESTABILIDADE PARA TODOS OS PROFESSORES (todos os professores aptos ao trabalho devem ter garantido seu emprego, sem perder o vínculo e com os mesmos direitos dos efetivos);
- 3.) APLICAÇÃO IMEDIATA DA LEI DO PISO NO QUE SE REFERE À JORNADA DE 1/3 FORA DA SALA DE AULA (diminuição das aulas em todas as jornadas existentes);
- 4.) EMPREGO A TODOS OS PROFESSORES, reduzindo a jornada, sem redução dos salários, com a implantação da escala móvel das horas de trabalho;
- 5.) FIM DO ENSINO MÉDIO INTEGRAL. Abertura de todos os turnos e salas fechados.
- 6.) FIM DE TODAS AS LEIS que precarizam o ensino, as condições de trabalho e destroem conquistas do magistério.

Rio de Janeiro**SEPE abre campanha salarial de 2013 com assembleias e paralisações. Fortalecer a unidade e a luta com a paralisação das escolas!**

O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do RJ iniciou a campanha salarial 2013 nos municípios e na rede estadual. Algumas assembleias e atos regionais marcaram o mês de março.

Na rede estadual, o SEPE aprovou a paralisação por três dias (dias 16, 17 e 18 de abril) como greve-advertência ao governo Cabral, que não abriu negociações e ainda apresentou um projeto de lei (PL2055) que prevê a extinção dos cargos dos funcionários de escola – a política do governo é terceirizar e cortar gastos com a Secretaria de Educação. A assembleia do dia 21 de março aprovou a paralisação dos três dias e os principais eixos da campanha: piso salarial de 3 mil para o magistério e 2 mil para os funcionários; plano de carreira unificado com paridade para os aposentados; eleição para a direção das escolas e 1/3 da jornada para planejamento.

Como se vê, trata-se de uma pauta com reivindicações mínimas, mas que o governo estadual ignora. O projeto de lei para extinguir paulatinamente os cargos de funcionários (merendeira, vigia, zelador e servente) é um ataque violentíssimo à educação, pois significará a médio e longo prazo entregar as escolas nas mãos das empresas terceirizadas, que superexploram os trabalhadores e não têm nenhum vínculo com a educação. É preciso derrubar o projeto de lei para que ele não se materialize em toda a rede. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que o sindicato, que congrega todos os trabalhadores da educação, deve defender como piso um salário que atenda às necessidades da família trabalhadora, independente da função exercida. Esse salário deve servir tanto ao merendeiro quanto ao professor ou diretor de escola, portanto, deve ser um Salário Mínimo Vital, que permita a todos os trabalhadores sustentarem sua família. Em nossos cálculos, o valor atual desse Salário está em R\$ 4000,00. Ele deve ser o ponto de partida para a unidade dos trabalhadores da educação.

No caso das redes municipais, cada regional apresentou pautas específicas, porque alguns ataques têm sido promovidos pelas “novos” prefeitos, empossados em janeiro.

No caso da capital, há uma forte repressão sobre os professores e uma investida da Secretaria de Educação para a reestruturação das escolas, com objetivo de cortar gastos e centralizar burocraticamente o trabalho docente. O último concurso, ainda em andamento, é prova disso: além de um “curso de formação obrigatório” para os candidatos aprovados nas etapas anteriores, a jornada de 40 horas apresentada pela prefeitura traz a exigência de permanência na escola, o que significará trabalhar em um período e substituir e participar de “reuniões” no outro período. A prefeitura utiliza-se da Lei do Piso Nacional no que se refere à jornada extraclasse (1/3 fora da sala de aula) para impor um aumento de trabalho na escola.

Na baixada fluminense, as regionais do SEPE realizaram

assembleias em fevereiro e atos em março.

Rede Municipal de Nova Iguaçu decreta estado de greve

Em Nova Iguaçu, o ato com paralisação ocorrido no dia 20 de março na frente da prefeitura contou com cerca de 200 professores, que denunciaram os problemas que têm enfrentado nas escolas e apresentaram a pauta de reivindicação do ano: 13,15% de reajuste, recesso escolar de julho com duas semanas (o calendário atual da SEMED é de apenas uma semana), manutenção da eleição dos diretores de escola, 1/3 da jornada para atividades extraclasse, reformas das escolas, entre outros pontos de denúncia. Embora os professores tenham entrado na prefeitura, ocupado uma das salas, não foram atendidos no dia. Foi marcada nova paralisação para o dia 02 de abril e assembleia para discutir novos passos da campanha salarial.

No dia 02 de abril, em uma assembleia com ampla participação da escolas, tanto do primeiro segmento quanto do segundo segmento, foram levantadas algumas propostas de organização da mobilização e foi aprovada nova paralisação com assembleia para o dia 11 de abril. Votou-se, porém, antes, que a rede municipal estaria em estado de greve até o dia 11, quando são esperadas negociações com o governo. Caso o governo não negocie, não apresente resposta às reivindicações, o indicativo é que os professores discutam a greve a partir do dia 11.

Em todas as atividades que já ocorreram esse ano, há a adesão de centenas de professores e dezenas de escolas (em uma rede com cerca de 120 escolas). O problema está em levar os professores para os atos e as assembleias, pois muitas escolas paralisam, no entanto, os trabalhadores não vão às atividades do sindicato, o que enfraquece a mobilização. Há um profundo sentimento de descontentamento nas unidades escolares, mas esse sentimento ainda não se transformou em ação coletiva, dando visibilidade ao movimento e pressionando a prefeitura. A força do magistério está em sua ação coletiva, massiva, e no fato de que os professores poderem mostrar à população o sucateamento da educação pública através dessa ação.

O fato de o SEPE reunir trabalhadores da educação tanto da rede estadual quanto das redes municipais deve ser utilizado em favor das campanhas: atos unificados, passeatas, assembleias conjuntas permitem um enfrentamento maior ao plano de sucateamento da educação pelos governos. Ainda que pautas específicas devam ser levantadas, as bandeiras em torno do salário, do emprego e de melhores condições de trabalho unificam todos os trabalhadores e podem servir como base para uma forte campanha em 2013. Na conjuntura de crise econômica, é essa política de unidade e de enfrentamento com os métodos da ação direta, como as paralisações e greve, que pode garantir vitórias aos trabalhadores.

2º Congresso Nacional da Anel: contra o distracionismo das dezenas de pautas, defender um programa de luta da juventude e unidade com os oprimidos

O 2º Congresso Nacional da ANEL, a se realizar de 30 de maio a 02 de junho, está concebido para não aprovar uma plataforma de luta. Reunirá delegados de todo o país para discutir um extenso temário, com conteúdos dos mais variados. A Comissão Executiva Nacional (CEN) definiu uma série deles como pontos para realização de seminários temáticos preparatórios ao Congresso. Esses temas abrangem a questão das cotas, copa do mundo, assistência estudantil, mulheres, LGBT, questão indígena, transportes, saúde, cultura, drogas etc. A única forma de ser consequente sobre essas questões é aprovando uma resolução contra todo tipo de opressão, que expressam a opressão de classe. A partir dela, cabe responder concretamente a cada situação. Mas, colocados assim de forma dispersa, voltados a um congresso nacional estudantil, acabam servindo como uma pauta distracionista, de particularismos corporativistas, assentados em motivos e conteúdos de classe distintos ou irreconhecíveis.

Um congresso estudantil deve se concentrar nas questões fundamentais da luta, sobre as quais se concentrariam as discussões e aprovação de resoluções práticas. Mas não é esse o objetivo de sua direção, sob controle do PSTU. Um congresso com dezenas de temas serve para atender às demandas de apoios locais, de forma a custurar uma unidade aparelhista, eleitoral, controlada burocraticamente por uma direção que não expressa a mobilização nacional de estudantes. Um congresso de luta, que se volte a impulsionar a mobilização pelas necessidades mais gerais dos estudantes, deve se concentrar naquilo que é essencial. Assim, vemos como questões centrais as seguintes:

1) Situação internacional: responder à ofensiva econômica, política e militar do imperialismo; organizar a luta anti-imperialista; responder à crise mundial capitalista com as bandeiras do programa de transição.

A crise mundial capitalista levou a uma mudança na situação política mundial, que se manifesta mais concretamente na situação pré-revolucionária na Europa, nos levantes no norte da África e Oriente Médio e nas mudanças na conjuntura latino-americana.

Na Europa, que divide o centro da crise econômica mundial com os Estados Unidos, os governos atuaram desde 2008 estatizando as dívidas dos bancos e multinacionais, salvando-lhes da quebra, mas acelerando o processo de falência dois estados nacionais, já anteriormente colocada pelas imposições da artificial unificação monetária manejada pela Alemanha e França. A falência dos Estados atuou como elemento de aceleração e retomada da crise econômica. As medidas ditadas pelo capital financeiro para salvaguardar seus interesses e evitar a falência estatal são de descarregar os efeitos da crise sobre as massas. Estas reagem instintivamente contra os ataques às suas condições de vida e realizam grandes e combativas manifestações de massa. Assim, colocam imediatamente a mobilização no plano de luta política contra os governos e suas medidas. As direções

sindicais burocráticas socialdemocratas, encasteladas há décadas com sua política de colaboração de classes, são obrigadas a se colocar à cabeça dos movimentos, procurando limitá-los em suas bandeiras e métodos de luta. Os movimentos se chocam com os governos e parlamentos, que expressam os interesses do capital financeiro, principalmente alemão e francês. Ressalta a ausência de um partido/programa/direção revolucionários, capazes de projetar a luta geral das massas para a revolução proletária, socialista.

No norte da África e Oriente Médio, as massas têm se mobilizado para derrubar os governos autoritários que se esgotaram diante do desenvolvimento da crise. O imperialismo procura agir sobre os conflitos, ora sustentando os regimes, ora intervindo militarmente para removê-los, de acordo com suas necessidades de manter o controle político sobre a região, essencial quanto à produção de matérias-primas, em particular o petróleo. O que coloca a necessidade de defesa da bandeira da autodeterminação das nacionalidades e expulsão do imperialismo sobre as demais. Qualquer governo que seja expressão do intervencionismo do imperialismo será de agravamento da opressão nacional e social sobre o país.

Na América Latina, o desenvolvimento anterior à explosão da crise levou a constituição de governos de esquerda nacionalista, que se assentavam no assistencialismo baseado na alta dos preços dos hidrocarbonetos no mercado mundial. Bastou que a crise derrubasse o consumo e preços da fonte de energia para que esses governos passassem a enfrentar as massas. Assim, avança a luta de classes e os governos nacionalistas vão se esgotando.

Diante desse quadro, colocam-se as seguintes tarefas:

- Defender a luta das massas europeias contra os governos e suas medidas para descarregar a crise sobre os oprimidos
- Defender a autodeterminação dos povos contra o intervencionismo imperialista
- Apoiar a luta das massas por suas reivindicações e com seus métodos de luta contra os governos burgueses

2) Situação nacional: a economia do país sofre com as manifestações da crise mundial capitalista. O governo Dilma atua para descarregar as consequências da crise sobre os trabalhadores e a juventude. A repressão é um instrumento dos governos e dos capitalistas para impor medidas de ataque às massas.

O pequeno peso do Brasil no comércio mundial levou a que as manifestações da crise mundial sobre o país se dessem de forma mais lenta, afetando primeiramente a indústria (em especial a de máquinas), enquanto os setores de serviços e agrogócio mantiveram o crescimento. O governo subsidiou os setores automotivo e de eletrodomésticos, o que ajudou a evitar a recessão. Outras medidas econômicas, como o estímulo ao crédito e a desvalorização do real não tiveram efeitos. O resultado foi a estagnação. Mas dezenas de milhares de operários vêm perdendo seus empregos. Os serviços sociais públicos

sufrem com a contenção de gastos governamentais, voltados ao subsídio às multinacionais.

As centrais sindicais pelegas, divididas em várias organizações, têm colaborado com governo e patrões na aplicação de medidas que facilitam a superexploração do trabalho, aceitando a miséria do salário mínimo de fome, reformas antipopulares como a da previdência e redução de direitos trabalhistas. A Conlutas se constituiu a partir do fracionamento da CUT. Essa divisão não se deu a partir de uma tendência de massa do proletariado de ruptura com a política burguesa e pró-patronal da burocracia dominante, e sim de um movimento de correntes políticas e direções sindicais, com objetivos de controle aparelhista de parcela dos sindicatos. Essa ruptura acabou fortalecendo o controle da direção burocrática governista e sua política. Não se constituiu num pólo de independência de classe; o recente episódio do acordo sem luta que permite à GM demitir centenas de operários foi a prova dos nove quanto ao papel na nova central.

O movimento dos sem-terra se encontra num beco sem saída, pelo apoio aos governos petistas, que concluíram com o fim de sua própria reforma agrária baseada em assentamentos, recentemente anunciado por Dilma.

O agravamento da crise aprofunda as disputas interburguesas. As denúncias de corrupção afloram. As massas ainda não deram atenção à disputa ao redor das denúncias de corrupção.

A repressão tem crescido e se intensificado. A lei antigreve, a maior ingerência da justiça sobre as greves, os processos e demissões de lideranças, a violência policial contra os movimentos, as desocupações militares de sem-tetos, os assassinatos de lideranças camponesas, os processos e eliminações de estudantes, a criminalização dos movimentos sociais correspondem à necessidade dos governos/capitalistas em imporem suas medidas antipopulares, necessariamente de forma autoritária.

Colocam-se, diante dessa situação, as bandeiras e métodos de luta correspondentes:

- Responder à repressão e criminalização dos movimentos com a defesa frentista e unitária do direito democrático de se mobilizar pelas reivindicações

- Responder às medidas governamentais/patronais de ataque ao emprego e salário com as bandeiras e métodos de luta do Programa de Transição (salário mínimo vital, escala móvel de salários, fim do desemprego – escala móvel das horas de trabalho)

- Constituir uma oposição revolucionária ao governo de colisão do PT/PMDB, baseada na defesa da independência de classe.

3) Educação: a exclusão da maioria da juventude do acesso ao ensino em todos os níveis é mantida e aprofundada com as políticas governamentais, que servem ao avanço da privatização. O autoritarismo e a repressão são instrumentos dos capitalistas e governos para impor suas medidas nas universidades. Segue pendente a tarefa histórica democrática de garantir o acesso a educação pública e gratuita a todos e em todos os níveis.

86% da juventude está fora da universidade. 74% dos que estão na universidade pagam pela sua vaga na rede privada de ensino. A educação é mercantilizada para que permita a valo-

rização de capital às custas da exclusão da maioria ao direito democrático do acesso universal. Um dos mecanismos mais destrutivos da educação nesse sentido é o ensino a distância, que agrava o abismo entre o sujeito e o objeto, individualiza a educação e favorece a mercantilização, os capitalistas do ensino. Outro é a privatização, elitização e precarização do ensino público.

O ponto de partida para lutar pelo direito universal de acesso a todos em todos os níveis é a defesa da estatização sem indenização de toda a rede privada de ensino e controle coletivo por quem nela estuda e trabalha. Essa bandeira elementar é rejeitada pela direção da UNE, governista e burocrática, e aceita apenas formalmente pela ANEL. Na prática, não se move uma palha nesse sentido. Ao contrário, a ANEL se pauta pela esquerdização da bandeira da UNE (10% do PIB, só que já), e defesa das cotas, que não ampliam em uma vaga o ensino público, mantêm a exclusão da imensa maioria negra e oprimida.

A educação, sob o capitalismo, expressa a separação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto. A superação dessa condição depende da luta pelo socialismo, que permitirá a unidade entre o fazer e o pensar, pelo controle social sobre os meios de produção. Uma nova educação será obra de uma nova sociedade, não se deve esconder isso. A defesa da escola de qualidade sob o capitalismo oculta a preservação da escola de classe, repetitiva, decorativa, emburrecedora, desvinculada da vida. A luta dos estudantes deve se ligar à luta dos explorados contra os exploradores, à luta pelo socialismo.

4) Entidade: a crise da Anel. A cisão da UNE dividiu o movimento estudantil, fortaleceu o controle burocrático da direção governista, e não construiu uma organização que desse unidade e centralizasse nacionalmente as lutas dos estudantes, com democracia estudantil. A cisão enfraqueceu a formação de uma fração de oposição revolucionária para atuar dentro e fora da UNE, trabalhando pela destruição da atual direção burocrática e governista, e construção de uma direção revolucionária. Está pendente a tarefa de independizar as organizações estudantis frente ao governo e aos capitalistas. Defender os métodos de luta e a organização de base para romper o corporativismo e aplicar a democracia estudantil.

A cisão da UNE e construção da Conlute levou ao fortalecimento da direção burocrática governista (UJS/PCdoB), sem que isso levasse a construir uma organização estudantil de luta, democrática e independente. A falência da Conlute levou o PSTU a buscar uma alternativa que pudesse atrair a esquerda da UNE para uma nova organização. O chamado à ANEL não convenceu as correntes do PSol a abandonar a UNE. A ANEL se formou sem um balanço da Conlute e tende a repetir os mesmos erros.

A construção de uma fração de oposição revolucionária que atuasse dentro e fora da UNE pela destruição da direção governista e burocrática e pela construção de uma direção revolucionária foi recusada. A direção da UNE se mantém, baseada no atraso, na conciliação com os capitalistas da educação, no subsídio governamental e na anulação dos estudantes como força social.

A experiência da greve nacional das federais no ano passado foi uma prova de fogo para a ANEL. Se, de um lado, tomou

a iniciativa de construir um comando nacional de luta dos estudantes para agir na greve de forma unificada e centralizada, de outro o manejou para atender os interesses corporativistas da direção do ANDES, que pretendia limitar o alcance da greve. Serviu assim como instrumento de controle da mobilização estudantil e sua subordinação aos interesses corporativistas.

Defender a unidade organizativa e de luta com o proletariado pelo socialismo

A defesa da unidade organizativa dos estudantes é condição para dar consequência à defesa da mobilização como meio de se lutar pelas reivindicações. A divisão enfraquece a luta e dificulta a tarefa de destruir a direção burocrática e governista, que tem de ser varrida pela ação dos estudantes. Defendemos a unidade organizativa do movimento estudantil a partir de a)

Bahia

Seminário da APUB sobre a Carreira docente. Oposição, completamente desorganizada.

No dia 23/03, a direção da Apub realizou um seminário sobre carreira docente e o FUNPRESP no auditório Glauber. Compareceram aposentados e professores da ativa, dentre eles uma parcela da oposição. Foi notória a desorganização da “oposição”.

O vice-presidente do PROIFES Nilton Brandão falou sobre a Lei 12.772/2012 da carreira docente de forma cínica como se ignorasse as contradições e interpretação da Lei quanto ao ingresso na carreira docente federal e outros aspectos que aprofundaram a desestruturação da carreira docente. O PROIFES assinou o termo de acordo 01/2012 com o governo, à revelia do movimento docente em greve, que resultou no projeto lei 4368/2012 e se transformou na lei 12.772/2012, aprovada em dezembro do ano passado.

O ingresso dos docentes federais a partir de 1º de março, de acordo com a Lei, passou a se dar no nível de auxiliar, mesmo que os candidatos sejam doutores, depois do estágio probatório é que eles terão progressão correspondente a sua titulação. Depois que se submeteu ao governo e assinou esse acordo, o PROIFES, descaradamente, veio a público orientar que as IFES descumpram as orientações do MEC lançadas em nota técnica. O docente que ingressar na carreira docente a partir de março de 2013 terá um enorme prejuízo durante todo o estágio probatório.

Outro ponto discutido foi sobre o fundo de previdência, realçando os regimes previdenciários no Brasil: previdência social geral de natureza pública coordenado pelo INSS, regimes próprios (Estado, Municípios e DF) e a previdência complementar de caráter privado. Ficaram patentes os riscos do Funpresp para os servidores. 55% do atual quadro docente dos servidores públicos federais, que ingressaram a partir de 2004,

democracia estudantil e independência política em relação aos governos e capitalistas, b) aglutinar toda a juventude oprimida, não somente a estudantil, ao redor das bandeiras de defesa de suas condições de vida, trabalho e estudo, c) por um congresso estudantil que aprove um programa proletário para o movimento.

As reivindicações dos estudantes levam a que se mobilizem e apontam para a unidade com os movimentos dos explorados contra os exploradores, com os métodos de luta próprios do proletariado. A unidade na luta das massas contra os governos e os capitalistas, com os métodos da luta de classes e a independência de classe, permitem avançar na luta pelo socialismo pela via da revolução proletária. A partir desses passos que se dão imediatamente, a defesa do socialismo é concreta. Do contrário, a enunciação do socialismo se torna hipócrita.

um ano após a reforma da previdência de 2003, perderam a integralidade na aposentadoria.

Posições do ANDES e PROIFES em relação ao FUNPRESP

O PROIFES tem orientado os sindicatos vinculados a esta Federação a realizar uma campanha contra o FUNPPRESP, apelando para os professores não aderirem ao mesmo. O Andes-SN, juntamente com “Auditoria da Dívida Cidadã”, faz uma campanha pelo reconhecimento da nulidade da reforma da previdência de 2003 com o mote “REFORMA da Previdência comprada tem de ser anulada” e “É nula a reforma da previdência de Lula”. Esse movimento é feito, entretanto, com uma política distracionista de abaixo assinado, com uma petição que pede a anulação afirmando que houve compra de votos para a aprovação da reforma da previdência. O ANDES contribui mensalmente com a “auditoria da dívida Cidadã” para a manutenção das atividades.

A CSP-Conlutas e o Fórum Nacional dos Servidores lançaram a campanha de impetrar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, realização de manifestações, atos e abaixo-assinado. A revogação da reforma da previdência e do ACE se constituem como pontos comuns da luta dos servidores públicos federais. Há um forte entendimento de que a reforma da previdência de Lula (PT) abriu ainda mais as portas da privatização da previdência do funcionalismo público federal. O FUNPRESP é o exemplo atual desse cenário.

Posição do POR

O POR participou da atividade com intervenções, denunciando o governismo do Proifes durante a Greve de 2012, que assinou o acordo em detrimento da base dos professores que se encontravam em greve. Denunciou que só agora, depois

Aquira as Obras Completas de Guillermo Lora. 67 volumes de mais de 500 páginas cada. A experiência histórica de construção do Partido Operário Revolucionário na luta de classes. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

que se assinou o acordo, o Proifesp vem dizer que os professores não façam opção pelo Funpresp. Na verdade, a ação do Proifesp se reduz a debates, sem qualquer ação no campo da luta de classes contra o Estado e o governo, tendo em vista que se constitui em caixa de ressonância do Governo Dilma Rousseff (PT) no movimento docente. Propôs que somente com a ação direta (assembleias, greve, ocupações, manifestações) é possível pôr abaixo a reforma da previdência e o Funpresp, parte do conjunto de medidas dos governos do PT

Ceará – Seca:

Ações do governo e da burguesia são péssimos paliativos

A seca expõe o desespero de camponeses e pequenos agricultores arrendatários. As safras são perdidas, o preço do feijão e milho disparam, o gado morre. No nordeste inteiro, mais de 750 municípios estão em estado de calamidade. Quatro milhões são atingidos diretamente e outros milhões indiretamente. A liberação do Garantia Safra (5 parcelas de R\$ 136 e mais duas de R\$ 140) e do Bolsa Estiagem (duas parcelas de R\$ 80) apenas para os que se cadastraram ano passado, mesmo com sua ampliação em 2013 passam longe de atender as necessidades dos pobres do campo, já que os agricultores não têm apenas que sobreviver mas tentar salvar seu pequeno rebanho. Sem capim, têm de comprar rações a preços inflacionados. O farelo de milho e



algodão está 200% mais caro em razão da seca. A água, quando há abastecimento pelo carro pipa, está sendo dividida com os animais. Os governos, tanto federal quanto estaduais, aplicam apenas paliativos e mal. Não há anúncio de grandes projetos de irrigação, outros como o cinturão das águas de Cid Gomes (o pouco que saiu do papel) só funciona para as empresas. Um bom exemplo ocorre em São Gonçalo do Amarante, no litoral do estado, município onde fica o complexo industrial e portuário do Pecém.

Não falta água para as grandes empresas, mas os moradores sobrevivem a duras penas sem água ou com água barrenta e sem ajuda de carro pipa como noticiou o jornal O POVO, de 26/03/13. É assim que a burguesia resolve o problema da estiagem!

Aumento da cesta básica em Fortaleza (30%) penaliza trabalhadores e população pobre!

A cesta básica de Fortaleza, apenas em fevereiro, teve aumento de 7,22% (de R\$ 258,32 para R\$ 276,98). Nos últimos 12 meses, teve um incrível aumento de quase 30%! (passando de R\$ 214,23 em fevereiro de 2012, para R\$ 276,98, em fevereiro de 2013). Em um ano, o pão subiu 12,2%; o leite 13,3%; o feijão 14,2%; o café 13,5; a manteiga 16,6% o arroz 31,3%, o tomate 128,7% e a farinha 159,8%. O salário mínimo, neste período, aumentou em apenas 9%, e o de muitos trabalhadores menos de 6%. Quem vive com apenas o salário mínimo (R\$ 678), tem de gastar hoje mais de 40% apenas com a cesta básica oficial. É preciso destacar, antes de tudo, que a cesta básica de fato para

alimentar uma família de 4 pessoas passa longe da migalha de R\$ 276. As famílias gastam hoje mais de R\$ 600, às vezes mais de R\$ 800 para terem o mínimo para comer e moderadamente. Ou seja, passam fome e necessidade. É possível esperar outra coisa da burguesia e seus governos?

As burocracias sindicais não respondem ao problema da perda salarial evidente em relação aos preços dos alimentos. Por isso, o POR levanta a bandeira de salário mínimo vital de R\$ 4000 e escala móvel de salários, que significa que estes devam ter reajustes automáticos conforme a alta de alimentos e serviços básicos. Não há outra forma de defender com firmeza a vida das massas.

Adquira com o distribuidor deste jornal

Trotsky
denuncia
os crimes
de Stalin




Partido
Operário
Revolucionário



MASSAS

Nesta edição:

- Expulsar o imperialismo da península coreana
- Bolívia: Burocracia sindical e governo no caminho de consumir uma nova traição aos trabalhadores
- Chile: A Reforma Agrária pela “via pacífica” constituiu a via para a derrota física do campesinato organizado
- O objetivo de divulgar os escritos de Guillermo Lora

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Coréia

Expulsar o imperialismo da península coreana Unificar a Coreia com os métodos revolucionários do proletariado

Uma manobra militar entre a Coreia do Sul e os Estados Unidos, na fronteira com a Coreia do Norte, reavivou os antagonismos entre ambas Coreias. Certamente, a revolta da Coreia do Norte se dirige contra o imperialismo. Ao mesmo tempo, colocou na ordem do dia o abortado processo revolucionário que tomou conta da península, após a 2ª Guerra Mundial. Processo histórico que correspondia ao ascenso revolucionário das massas, surgido da crise imperialista e das rupturas da cadeia capitalista mundial, iniciada pela Revolução Russa (1917) e continuada pela Revolução chinesa (1949).

O governo norte-coreano respondeu declarando-se em “estado de guerra permanente” com a Coreia do Sul e seu amo norte-americano. O armistício de 1953, que suspendeu a guerra, foi desconhecido pelo governo de Kim Jong-un, que mobilizou suas forças militares na fronteira e apontou seus mísseis para a Coreia do Sul e as bases norte-americanas nesse país, no Japão e no Pacífico. A Coreia do Sul, por sua vez, mobilizou suas tropas. Os Estados Unidos colocaram suas bases, sua frota e seus bombardeiros com capacidade nuclear prontos para o combate.

O desenvolvimento nuclear norte-coreano, ainda que raquítico, fratura o monopólio mundial imposto pelos Estados Unidos. Não é permitido que um país que se coloca em posição anti-imperialista e de desobediência aos ditames da ONU se defenda com armas de grande capacidade de destruição. Não por acaso, a Coreia do Norte e o Irã vivem sobressaltados com a possibilidade de uma intervenção arrasadora pelas forças imperialistas.

A ofensiva dos Estados Unidos na Ásia tem se avolumado no último período, em razão da projeção da China na economia mundial. O cerco militar do imperialismo a esta região indica para onde caminham as tendências bélicas da crise em que se desintegra o capitalismo. Diante de uma possível conflagração na Ásia, é conveniente para os Estados Unidos que a Coreia do Norte esteja completamente desarmada. A estratégia do imperialismo é a de reunificar as Coreias sob o comando do Estado e da burguesia sul-coreana.

O governo chinês, aliado de Pyongyang, é um obstáculo ao intervencionismo imperialista, que pode ser removido a qualquer momento. A aceitação pela China e pela Rússia de um

novo bloqueio ditado pelo Conselho de Segurança da ONU mostra que cada vez mais a Coreia do Norte fica à mercê dos saqueadores do mundo. É claro que a burocracia chinesa rechaça a possibilidade de uma guerra dirigida pelo imperialismo porque sabe que resultará no esmagamento da Coreia do Norte e na ampliação do cerco imperialista sobre seu próprio país.

O imperialismo está obrigado a fortalecer suas posições frente a avançada guerra comercial inter-imperialista por mercados e fontes de matérias-primas na Ásia. Pretende, ao mesmo tempo, fortalecer as forças políticas e sociais internas que lhe permitam impor suas condições no processo de restauração capitalista na China; abrir seu gigantesco mercado interno e os meios de produção controlados pelo Estado à penetração monopolista; e, finalmente, constituir as bases sociais e políticas da desintegração da burocracia estalinista no domínio do poder do Estado.

A degeneração nacional-socialista das revoluções triunfantes da China e Rússia e seu isolamento dentro das fronteiras nacionais constituíram um grave retrocesso na transição histórica do capitalismo agonizante ao regime socialista mundial. No entanto, constituíram também em seus inícios em uma gigantesca conquista revolucionária ao romper a cadeia da opressão imperialista.

Afogando-se em suas contradições internas e avançando a restauração capitalista, a persistência de uma parte das conquistas revolucionárias e da propriedade estatal na China são ainda uma trava à expansão imperialista e a necessidade de dominar sem fissuras o mercado mundial e as economias nacionais. A guerra, por isso, é menos provável imediatamente. Constitui, sem dúvida, a tendência fundamental do processo aberto com a crise capitalista mundial para unificar a Coreia como Estado vassalo do imperialismo e acelerar a restauração capitalista na China.

A Guerra da Coreia (1950-1953) colocou em cena o intervencionismo militar imperialista como fator decisivo em sua luta contrarrevolucionária para abortar as tendências transformadoras da crise estrutural do capitalismo em guerra civil e em revoluções proletárias. Tendências essas que posteriormente se manifestaram no confronto entre o Vietnã também dividido pelas potências, cuja derrota dos Estados Unidos foi

importante para a luta revolucionária dos povos pela sua autodeterminação.

A revolução coreana foi violentamente amputada pela invasão militar norte-americana em 1950 e freou o curso nacional de seu desenvolvimento. O enclausuramento das revoluções triunfantes dentro de suas fronteiras nacionais e o nacional-socialismo foram fatores complementares que se combinaram com o poderio militar imperialista *para conformar o equilíbrio instável com a divisão territorial da Coreia*. A revolução ficou fechada nas fronteiras de 1953 e o país se dividiu de acordo com os interesses imperialistas. Isolando a revolução no norte do país e criando as premissas de sua degeneração.

São essas contradições e combinações do processo vivo da luta de classes mundial que ditaram a forma do armistício de 1953. Mas que voltariam à cena, uma vez que o intervencionismo imperialista na Ásia recrudescesse e levasse a uma maior opressão sobre as semicolônias, entre quais está a Coreia do Sul - um Estado criado artificialmente pela força do militarismo norte-americano e que serve de base para as disputas inter-imperialistas pela redivisão do mundo.

Como vemos, não estamos diante de uma possível guerra entre dois países por conflitos fronteiriços, que surgem de seu próprio desenvolvimento histórico independente. Mas sim de um choque bélico entre um país atrasado e o imperialismo. A Coreia do Sul sofre a opressão nacional e é usada para ampliar essa opressão à Coreia do Norte.

O proletário sul-coreano não deve permanecer indiferente diante das aventuras belicistas contrarrevolucionárias de seu governo títere do imperialismo. Deve se impor nas ruas e nas fábricas contra qualquer tentativa do expansionismo militarista norte-americano, que usa o país como instrumento de manobra. E impor o fim dos exercícios militares entre a Coreia do Sul e os Estados Unidos. Deve exigir, além disso, que se rechacem e publiquem todos os tratados diplomáticos secretos entre

ambos governos. Isto é, deve defender uma clara posição de independência política frente à demagogia nacionalista de seu governo e que serve de máscara ao apetite expansionista do grande capital monopolista. Organizando-se nacionalmente sob um único programa de luta para expulsar o imperialismo e expropriar suas propriedades, com os métodos revolucionários da classe operária.

Somente uma decisiva e enérgica ação revolucionária das massas sul-coreanas porá fim ao conflito e aos exercícios militares que servem de máscara à expansão imperialista. Na Coreia do Sul, se impõe a tarefa histórica de conquistar sua independência nacional, quebrando as cadeias da opressão do imperialismo. Tarefa que só poderá se concretizar com a derrota e expropriação da burguesia-vassala sul-coreana pelo proletariado, abrindo o caminho para a unificação entre o sul e o norte. Mas tampouco a burocracia nacionalista norte-coreana tem como realizar a unificação revolucionária com os métodos de luta e da democracia do proletariado revolucionário. A revolução política se coloca como uma necessidade histórica para romper o isolamento da revolução na Coreia do Norte e para projetar-se ao sul com o programa democrático e socialista.

No estopim da guerra, se colocará na ordem do dia a continuidade histórica da revolução coreana, abortada pelo imperialismo. Mas a luta pela unificação socialista do país, por meio da revolução social na Coreia do Sul e por meio da revolução política na Coreia do Norte, são partes integrantes de um mesmo processo histórico, que ultrapassa as fronteiras nacionais e se projeta para o terreno da luta do proletariado mundial contra a restauração capitalista que avança na China.

A unificação sob o Estado socialista constituirá um degrau na projeção mundial da luta do proletariado contra a destruição de suas conquistas revolucionárias. E, ao mesmo tempo, um novo ponto de apoio para retomar sua projeção internacionalista como revolução socialista mundial.

Bolívia: Negociações COB-governo

Burocracia sindical e governo no caminho de consumir uma nova traição aos trabalhadores

Durante o ferido (sexta-feira, 29 de março), o governo e a direção da COB se reuniram para discutir a resposta à plataforma única dos trabalhadores. Ambas as partes falam de “avanços significativos”, o que quer dizer que a burocracia se submete ao governo.

Teriam tocado no problema da reativação do aparato produtivo, na política mineira e petrolífera do governo, mas nada dizem a respeito do problema econômico salarial, que é o mais urgente, nem da Lei das Pensões. Informa que decretaram uma trégua até 2 de abril para continuar as negociações.

Ao fechar nossa edição (terça, 2 de abril) não se conheciam os resultados da continuidade da negociação.

O que evidencia é que o governo maneja das narinas aos burocratas sindicais que não têm o mínimo interesse de resolver os problemas vitais dos trabalhadores e esgotam todos os esforços para impedir que as bases se mobilizem e tomem outras medidas de pressão contra o Estado e a patronal, que estão obstinadas em burlar com suas reivindicações.

A linguagem radicaloide na boca desses impostores somente é para enganar as bases, que já estão cansadas de suportar na carne as consequências da miséria e da falta de postos de trabalho.

O governo já tinha antecipado que não dará o braço a torcer tanto para o problema salarial como para a Lei das Pensões. Quando ao aumento de soldos, disse que será ligeiramente superior ao índice de inflação que – para o governo – é apenas de 4,7% e na Lei das Pensões não há nada para discutir, porque se trata de uma das leis mais consensuadas na história social desse país: portanto, as negociações não passarão de uma pantomima para iludir as bases.

Segundo o acontecido, o aumento sobre a base de 5% se aplicaria em relação inversamente proporcional ao salário atual de cada trabalhador, isto é, maior aumento para os que ganham menos e menor aos que ganham mais e que poderia dar-se recurso adicional em função dos lucros da empresa.

A indicação de 5% é um insulto aos trabalhadores. A infla-

ção do ano passado superou os 20%. O dado que dá o INE de 4,7% é totalmente subestimado. O fato é que, ano atrás ano, o valor aquisitivo dos salários está diminuindo.

Temos assinalado que a referência para a luta dos trabalhadores não pode ser outra senão o custo real dos gastos de uma família, calculado em 8000 bolivianos.

A burocracia maneja o salário mínimo vital com fins puramente demagógicos, não acredita em nenhum momento se deva lutar por ela.

O caminho a seguir não é outro senão o de organizar as poderosas mobilizações a partir das bases. Os explorados de

todos os setores sentem na pele como os salários perdem cada dia sua capacidade de compra e os setores independentes vêm que sua renda diminui, condenando-os a mais miséria e fome.

Não abandonar a luta pelo reajuste dos soldos e salários, de acordo com custo de uma família, para que esses subam na mesma proporção que sobem os preços dos artigos de consumo e por uma nova lei de aposentadorias, que garantisse rendas que cubram todas as necessidades dos trabalhadores aposentados.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2.304, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Chile

Diante do trabalho de organização do Partido Operário Revolucionário no Chile, que dá seus primeiros passos para se organizar como programa, procuramos contribuir com uma série de artigos sobre as experiências da luta de classes nesse País. Não desconhecemos que os acontecimentos da formação da Unidade Popular e do golpe militar de Pinochet ultrapassam as fronteiras do Chile. Nesse sentido, o estudo dessa realidade serve à construção do POR no Brasil. O internacionalismo proletário exige que assimilamos criticamente as experiências históricas de outros países.

Chile: o movimento camponês e a Unidade Popular (UP)

A Reforma Agrária pela “via pacífica” constituiu a via para a derrota física do campesinato organizado

Lucas Martínez

Até 1970, o movimento camponês organizado do Chile era formado pelas *Confederações Liberdade* (Igreja Católica), *Triunfo Camponês* (Democracia Cristã), *Ranquil* (Partido Comunista, entre outros), *Províncias Agrárias Unidas* (organizações empresariais e de direita) e a *Federação Sargento Candelária* (ligada ao Movimento Camponês Independente). Organizações que tinham suas raízes históricas, políticas e de classe na *União de Camponeses Cristãos* (UCC), a *Associação Nacional de Organizações Camponesas* (ANOC), a *Federação Camponesa e Indígena* (FCI), o *Movimento Camponês Independente* (MCI) e o *Movimento Nacional de Libertação Camponesa* (MONALICA).

Em 1970, surgirá a *Confederação Unidade Operário Camponesa* (UOC) e *Pedro Aguirre Cerda*, ligadas ao Partido Comunista Chileno (PCCH) e ao Partido Socialista (PS). É nestes anos que se produzirá um dos maiores e mais radicalizados movimentos camponeses da história do país.

Os “signatários de terras” (assalariados que adquiriram um pedaço de terra em consignação – posse temporária – e que logo se transformarão em proprietários) constituirão a espinha dorsal do massivo e radicalizado movimento camponês que se estenderá de 1970 a 1973. Voltando assim ao caminho da histórica rebelião camponesa de Ranquil, de 1934, na região de Lonquimay (sul do país).

Em sua época de ascenso, criaram-se os Conselhos Camponeses, organizações massivas e embriões de sua auto-organização como classe oprimida. Esta radicalização política do movimento camponês se entroncava com um período de agudização da luta de classes. Mas será desviado e contido pela vitória eleitoral da UP (PCCH e PS). A partir do governo do estado, a UP se dedicou a desviar as massas de suas projeções revolucionárias e as subordinou à “via chilena ao socialismo”, quer dizer, à utopia reacionária de que seria possível transformar o capitalismo em socialismo de forma pacífica.

Ainda que a sindicalização camponesa massiva que seguiu

o entusiasmo popular pela vitória eleitoral da UP tenha sido, até certo ponto, um meio de educação política do campesinato ao organizá-lo local e nacionalmente, sob uma bandeira reivindicativa comum, constituiu em meio para sua subordinação ao reformismo e à impotência parlamentar pequeno-burguesa.

Afogando-se desde cedo nas formas legais e se submetendo à entrega a conta gotas de terras marginais expropriadas dos latifundiários, os camponeses logo se verão obrigados a retroceder e ceder terreno frente aos latifundiários e aos capitalistas agroindustriais. Espelhando deste modo as contínuas traições da UP frente às pressões e às ameaças das classes dominantes.

A tática das ocupações pela via de ações coletivas de massas, iniciadas pelas bases camponesas antes e durante o governo da UP, foi substituída pela pressão sobre o parlamento dominado pelos parasitas e reacionários. As ocupações de terras continuarão sob o governo da UP, mas já não poderão refrear a tendência geral do movimento a se institucionalizar pela via de sua subordinação ao governo e à política frente-populista.

No entanto, ambas tendências coexistirão até o golpe militar, demonstrando que a situação revolucionária e a ação coletiva das massas camponesas não haviam sido derrotadas politicamente e entravam em constante choque com as manobras oportunistas de seus chefes, membros ativos da Frente Popular. Tal situação se resolverá com a interrupção violenta e reacionária encarnada na ditadura pinochetista, impondo uma saída contrarrevolucionária à crise política e social.

O caráter legalista e democrático da maioria da direção camponesa se traduziu em uma dependência direta em relação à arbitragem do Estado burguês e do governo da UP sobre os antagonismos de classe. O que posteriormente levou a sua subordinação diante do poder do latifundiário e do capitalista agroindustrial que controlavam o parlamento, bloqueando assim a reforma agrária pela via legal. Mas que também dominavam o exército e os recursos econômicos, permitindo-lhes passar da

passividade a um ataque brutal quando a UP se demonstrou incapaz de erradicar a contrarrevolução que se preparava.

A estatização do movimento camponês levou à sua capitação. Foram abortadas e sufocadas suas mais profundas tendências à radicalização pela via da ocupação de terras e da autodefesa armada frente aos bandos armados dos latifundiários e dos capitalistas agrários. Processo que se complementará com um rápido giro direitista do governo e da reação fascista contra as correntes e tendências mais radicalizadas e politizadas do movimento operário organizado.

A “via pacífica ao socialismo” colidirá com o golpe fascista de 1973. A sanguinária e criminoso ditadura pinochetista varrerá os Comitês Camponeses e esmagará fisicamente o movimento camponês, lhe infringindo uma severa derrota. Será em 1982, com a recém fundada *Comissão Nacional Camponesa*, que o movimento se recomporá mas sem alcançar a força e a projeção das décadas anteriores.

O minifúndio e a pequena propriedade se constituíram historicamente em satélites da grande propriedade latifundiária. O crescente poderio do denominado Complexo Agro Industrial (CAI), baseado na exploração florestal e na produção industrial vitivinícola, principalmente, tornarão ainda mais violentos os choques entre capitalistas e latifundiários com os pequenos camponeses pela posse da terra.

Apesar das derrotas, a luta camponesa não poderá mais ser extirpada da história e da experiência coletiva dos oprimidos

do campo. Extirpação impedida também pela permanência da base material do conflito, que tem suas raízes na luta nunca resolvida pela posse e usufruto da terra.

A mecanização operada na grande produção agrícola, a intensificação no uso dos recursos naturais, a integração dos processos produtivos e a concentração de terras separaram violentamente os camponeses de suas terras. A proletarianização resultante desse processo significou, ao mesmo tempo, um rápido crescimento do proletariado agrícola e de sua importância na produção agrária. As condições para a unidade operária e camponesa sob um programa e direção políticos únicos constituem desse modo a base da luta de classes no campo chileno.

A tarefa democrática da revolução agrária, de libertar as massas camponesas do jugo do latifundiário e, por em suas mãos, os meios de trabalho, só poderá se realizar sob a forma da aliança operária e camponesa, como expressão particular no campo da revolução e ditadura proletárias.

Isto obriga a intervir no seio das massas oprimidas do agro as organizando sob as bandeiras da Frente Única Anti-imperialista e o programa da revolução social, dirigidos pelo proletariado. O que impõe derrotar o estalinismo e o reformismo e construir o partido marxista-leninista-trotskista como vigorosa seção da IV Internacional. O Comitê Construtor do POR é seu embrião. A militância trotskista está obrigada a assimilar criticamente a rica experiência da luta de classes no Chile, para se armar com o programa.

Na Europa, recessão e desemprego aumentarão em 2013

Os prognósticos são oficiais: o ano de 2013 será pior que o de 2012 e a recessão se alastrará para vários países da Europa. A recessão, que já existe na Grécia e na Espanha, se estenderá para outras nações. Não há perspectiva de melhora dentro dos quadros da economia burguesa.

No caso de Portugal, a retração de 1,9% da economia e o aumento do desemprego para 17,3% coloca o país definitivamente numa situação de colapso com quase 800 mil desempregados e a impossibilidade imediata de honrar com os acordos firmados com a troika.

Em todo o continente, a situação mostra-se mais grave. A projeção é que haja contração em 2013 de 0,3% na zona do euro, com quedas acentuadas na Grécia (4,4%) e em Chipre (3,5%). Atualmente, já se contabiliza cerca de 30 milhões de desempregados. Só no caso dos 17 países que utilizam a moeda única, a tendência é que o desemprego aumente ainda mais 12,2% só em 2013. São as piores taxas de desemprego dos últimos vinte anos. Entre os países com as maiores taxas, encontram-se Grécia, seguida de Espanha e Portugal.

O resultado desses números é o aumento da pobreza na região. Segundo dados da própria Comissão Europeia, o rendimento médio das famílias só vem diminuindo nos últimos anos. Na Grécia, a diminuição já alcança os 17%; na Espanha, os 8%; em Chipre, 7% e na Irlanda, cerca de 5% de diminuição.

Como resposta à situação de crescente destruição das forças produtivas, manifestações na Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Chipre marcaram os meses de fevereiro e março.

Na Grécia, mais uma greve geral foi convocada e ocorreu

no dia 20 de fevereiro. A maior parte dos transportes e serviços públicos foram paralisados. Mais de 50 mil manifestantes foram para as principais cidades protestar. Como em outras paralisações, as duas principais Centrais do país estiveram à frente da mobilização (GSEE do setor privado e Adedy do público). Enfrentamentos com a polícia ocorreram em Atenas, Salônica e Creta. Entre as denúncias, surgiu a bandeira de derrubada do governo, levantada por militantes da SYRIZA (bloco da esquerda derrotado na última eleição).

Fica claro que a situação da Grécia é uma das mais graves de toda Europa, não só pela depressão econômica, mas também pela instabilidade política. O problema está em que os partidos e organizações que têm canalizado o instinto de revolta dos trabalhadores são burgueses ou pequeno-burgueses e, em última instância, por mais opositores que possam parecer, representam a saída institucional da democracia burguesa, caso os partidos oficiais fracassem em seus intentos de manter o Estado em pé.

Em Portugal, os dois últimos anos têm sido de intensas manifestações, com greves gerais e enfrentamentos com o aparato repressivo da polícia. A última manifestação de 02 de março mostrou que milhões de portugueses não suportam mais o desemprego, a pobreza e são contra o governo que sustenta o acordo com a troika. Segundo as organizações, pelo menos 1,5 milhão participaram dos protestos em dezenas de cidades como Coimbra, Lisboa e Porto. Sob o lema “Que se lixe a troika!”, a ação teve claro cunho antigoverno. O Partido Comunista Português, assim como outras organizações, espera que o governo se “demita”.

Com o rápido esgarçamento das relações econômicas no país,

os agrupamentos ditos de “esquerda” aparecem também como a saída institucional para a crise de governabilidade. Há multidões enfurecidas com as medidas adotadas, a pobreza e o desemprego aumentam e não se acredita mais nos “velhos” políticos. Nesse cenário, os partidos de “esquerda” burgueses e pequenos burgueses ganham visibilidade e sonham aumentar sua força no parlamento. Não apresentam uma saída revolucionária, com a derrubada dos governos e a instituição de um governo operário. Não defendem a via revolucionária, apenas alimentam ações que oponham os manifestantes aos partidos majoritários.

Na Espanha, o quadro não é diferente. Houve grandes manifestações nos dias 24 de fevereiro e 10 de março, reunindo dezenas de milhares de manifestantes. Como nos demais países, as principais centrais e os partidos de oposição organizaram os atos. A bandeira de que o governo também se demita apareceu com força nas mais de 80 cidades em que ocorreram as passeatas.

Mais um caso de quebra na UE: Chipre

Muitos países com economia insignificante no mercado mundial tem ganhado destaque desde o início da crise econômica em 2007/2008. É o caso da Irlanda (com um PIB de pouco mais de 200 bilhões de dólares), Islândia (com menos de 15 bilhões), e agora Chipre (com pouco mais de 20 bilhões). Em comum, esses países foram arrastados para a crise econômica em função da quebra de instituições econômicas, como bancos e seguradoras. Ao lado de Portugal, Grécia, Espanha, Itália, Bélgica e outros países da União Europeia, têm sofrido com a política de austeridade arquitetada pela troika (BCE, FMI e UE).

Chipre tornou-se o novo foco de “tensão” da zona do euro. É bom lembrar que o país ingressou na União Europeia em 2004 e, em 2008, início da crise mundial, adotou o euro como sua moeda. A situação de insolvência de seu sistema financeiro, apresentada com alarde em 2012, parece apenas um ato ensaiado e já previsto pelas potências do continente, quando de sua entrada no bloco.

Em 27 de março de 2013, os bancos reabriram para saques e operações financeiras, depois de 11 dias fechados. Entre as medidas impostas pela troika, estava a de limitação de saque diário a 300 euros por dia. Os dois bancos mais afetados, Bank of Cyprus e o Popular (Laiki), limitaram os saques a apenas 120 euros no caso do primeiro e 100, no segundo. Eles estão dentro do pacote aprovado pelo governo para o “resgate” financeiro da ilha.

Com razão, a população correu aos bancos para evitar que suas poupanças fossem confiscadas, mas o governo quer preservar o sistema financeiro a qualquer custo, isso porque, por mais insignificante que seja a economia do país, no capitalismo monopolista, o entrelaçamento entre os negócios da burguesia alcançaram todos os rincões do planeta. Assim, por exemplo, mais de 20 bilhões de euros de russos (cerca de 1/3 de todos os ativos do sistema financeiro da ilha) podem ser afetados e a Grécia, maior parceira comercial de Chipre, contabilizou enormes perdas em sua Bolsa de Valores na última semana de março.

A abertura dos bancos veio depois do anúncio pelos organismos imperialistas da “ajuda” acordada em 25 de março. Chipre receberá 10 bilhões de euros ainda no primeiro semestre para amenizar o problema de liquidez dos bancos (além de uma dívida pública que está em torno de 6 bilhões de euros). O principal dos bancos, o Laiki, será fechado e correntistas com até 100 mil euros receberão seu dinheiro, enquanto valores aci-

Novamente se vê a indignação diante do processo de destruição de empregos e da economia nacional e novamente a ausência de um programa revolucionário que dirija as massas para a tomada do poder, contra os governos antinacionais e antipopulares.

Com efeito, quanto mais se aprofunda a crise, quanto mais são sentidas as medidas de destruição das forças produtivas em cada país, mais se torna aguda a necessidade de construção de partidos revolucionários para dar a resposta à decadência do regime capitalista. Enquanto não se varrer com as políticas burguesas e pequeno-burguesas que dirigem as ações das massas nos diferentes países, não será possível resistir realmente à política adotada pelos organismos imperialistas. Sem a construção dos partidos revolucionários e reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, o peso da crise capitalista continuará a sufocar milhões de trabalhadores em todo mundo e veremos aumentar a barbárie do desemprego, da pobreza e da fome.

ma deste serão reduzidos em até 60%. É o desmanchar de uma economia fictícia que, como em muitos outros países, mantinha altos juros e lucratividade sem vínculo com a produção real de mercadorias e riquezas. Sem dúvida, a pequena burguesia será a mais afetada com a “reestruturação dos bancos”.

Por trás da ação da troika, está fundamentalmente a Alemanha que atua para sufocar o sistema financeiro do país e afetar indiretamente países como Rússia e Grã-Bretanha que tem ativos em Chipre. O fato de que a medida unilateral da Alemanha crie uma cascata de instabilidade em vários países, como Grécia, Portugal, Espanha e Itália, os quais se encontram também em situação financeira de quebra de instituições bancárias, em nada importa para a anarquia das relações dominantes. A zona do euro, bem como toda a União Europeia, já demonstrou seu fracasso histórico. O que querem os grupos e países mais fortes é concentrar capitais com a quebra de economias mais fracas. Esse é o plano mais geral por trás das medidas da troika, manejada, no continente, pelo par Alemanha/França.

Com uma população de pouco mais de 1 milhão de habitantes, o país apresenta uma divisão entre o sul e o norte. A parte sul, reconhecida internacionalmente, tem maior influência da Grécia; a parte norte, cujos representantes não são reconhecidos pelos organismos internacionais, tem influência da Turquia. As manifestações que têm ocorrido desde o final de 2012 permitem uma unidade da população, mas têm reunido sobretudo a juventude, que terá pela frente aumento do desemprego e uma forte recessão, como reconhece o governo diante da União Europeia.

O ato de 26 de março, que reuniu milhares de jovens em Nicósia, a mais populosa cidade da ilha, exigia o rompimento com os acordos impostos pela troika. Apesar de importante, o ato que marchou para o parlamento e para o palácio presidencial não tinha como objetivo impedir que o plano fosse executado tal como previsto. Expressava mais indignação do que uma política de enfrentamento ao governo burguês.

Repete-se em Chipre o que é visível na Grécia, Portugal, Espanha e Itália: a ausência de uma política revolucionária, que possa resistir aos planos das potências e impor um programa de defesa da vida dos trabalhadores e da população. Na ausência da política revolucionária, encarnada por um partido operário, o país caminha para a recessão e a quebra, como já se verifica em outros países do continente.

O objetivo de divulgar os escritos de Guillermo Lora

O texto abaixo traduzido é parte um folheto de Guillermo Lora chamado “Grandes traços do retrato do Partido Operário Revolucionário”, que consta em suas Obras Completas.

Nosso empenho em divulgar os escritos de Lora sobre a relação do POR com a IV Internacional corresponde ao objetivo prático de estruturar o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. É compreensão comum das seções que o compõem que não se pode ser marxista-leninista-trotskista sem enfrentar a crise de direção aberta com o triunfo do estalinismo e trabalhar por reerguer a IV Internacional, que se estilhaçou na década de 50 com o revisionismo pablista. Também é da compreensão comum que a IV Internacional somente será reconstruída caso se formem verdadeiros partidos programáticos no seio do proletariado. Ao nosso ver, o que se deve conquistar é o trabalho coletivo, centralista democrático e disciplinado, ainda que embrionariamente no Comitê de Enlace.

O POR boliviano, reconhecidamente, é o pilar desse trabalho internacional, uma vez que as demais seções estão em fase de desenvolvimento programático, formação de quadros e penetração na classe operária.

Guillermo Lora se empenhou em deixar para o proletaria-

do mundial, impressas em suas Obras Completas, a grandiosa experiência de construir o partido mergulhado na luta de classes. Os revisionistas do trotskismo acham que o POR nada fez pela IV Internacional. A ignorância campeia solta nesse terreno. Os inúmeros escritos de Lora mostram o contrário – um deles é o que publicamos abaixo. O que se deve observar é como o POR se colocou diante dos problemas da IV Internacional e como acertou no seu posicionamento perante as variantes do revisionismo e do oportunismo.

É claro que como marxistas temos de reconhecer criticamente as limitações da luta do POR. Isso tem a ver com o trabalho prático de potenciar o Comitê de Enlace, cuja formação contou com a militância decisiva de Guillermo Lora. Os seus escritos sobre a IV Internacional devem ser estudados criticamente. Há passagens em seus escritos que são claramente de autocritica e de reconhecimento dos perigos que sofre o POR devido ao seu isolamento internacional.

O percurso acidentado do POR junto à IV Internacional deve servir de alavanca para solidificar o Comitê de Enlace.

A Quarta Internacional

Guillermo Lora

Na base das concepções programáticas do Partido Operário Revolucionário se encontram as teses de que em nossa época de dominação da economia capitalista mundial a revolução é proletária e internacional. O instrumento partidário, consciente, político, não pode ser outro senão o Partido Mundial da Revolução Socialista, isto é, a Internacional, organizada sobre a base do centralismo democrático. Trotsky ensinou que no período de decadência do imperialismo foi superada a separação entre países maduros e não maduros para a revolução proletária.

É preocupação constante do POR a estruturação da Internacional marxista-leninista-trotskista, porque considera que somente dessa maneira se pode materializar seu programa e porque o visível atraso deste processo o prejudica enormemente como sua seção nacional.

A história de nosso partido não é de todo estranha à história da Quarta Internacional. A degeneração pablista, cuja consequência foi a cisão da Internacional em 1952, teve efeitos contraproducentes na Bolívia. Não só porque desenvolveu a teoria do apoio crítico ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), mas também porque fomentou a formação de tendências nacionalistas dentro do Partido Operário Revolucionário, que sofregamente procuravam subordinar o partido à esquerda do MNR. Um dos resquícios da tão triste experiência é o grupo chamado POR-Combate (que desapareceu na atualidade, nota dos Editores, 1999).

Nessa oportunidade, o Partido Operário Revolucionário declarou que não seguia nem o Secretariado Internacional, dirigido por Pablo, Mandel e Franck, nem o chamado Comitê Internacional, estruturado pelo SWP norte-americano e pelo PCI francês (Partido Comunista Internacionalista).

Desde os anos 40, conhecia-se na América Latina o SWP como um partido de tendências centristas e fortemente burocratizado.

A fusão, em 1963, entre o SI e o SWP, à margem das ideias revolucionárias e de toda autocritica da crise da Internacional, deu nascimento ao Secretariado Unificado (SU), que havia recorrido caminhos estranhos ao trotskismo. O POR repudiou todas essas manobras de fusões entre aparatos burocratizados, à margem do trabalho de elaboração programática. O Secretariado Unificado é política e organizativamente frouxo e engloba as tendências mais diversas e, inclusive, as antitrotskistas.

Vivamente interessado em estruturar a Quarta Internacional, o Partido Operário Revolucionário entrou em contato e aderiu ao Comitê Internacional, que mais tarde adotou o nome de CORQUI (Comitê de Organização pela Reconstrução da IV Internacional).

Nessa organização, o POR procurou desenvolver e defender sua concepção sobre o processo revolucionário nos países atrasados, à luz dos ensinamentos de Lênin e de Trotsky e de sua própria experiência. Dois foram os pontos controvertidos, ao longo de vários anos: a) a natureza da burguesia nacional; b) a tática da frente anti-imperialista. Não se pode estranhar que, apesar da rica literatura que existe a esse respeito, os europeus resistiam em diferenciar a burguesia da nação opressora da burguesia da nação oprimida. Também puderam comprovar que não entendiam em que consiste a frente anti-imperialista como tática que permite converter o proletariado em dirigente da nação oprimida, não por acaso que arbitrariamente transformaram em seus países a frente única de classe de tática em estratégia. A ala morenista do Secretariado Unificado também

combateu o Partido Operário Revolucionário nesses aspectos.

A reconstrução da Quarta Internacional não pode ocorrer fora do marco do centralismo democrático, substituindo a necessária democracia interna por métodos de controle burocrático, porque este estado de coisas impede toda formulação programática e a elaboração da linha política de maneira coletiva.

O CORQUI acabou como um pequeno movimento internacional controlado, particularmente, por meio da dupla militância, pela influente OCI francesa, convertida em exportadora de ajuda econômica e de ideias nem sempre corretas. Em certo momento, tornou-se impossível defender formulações contrárias as da OCI, que deu provas de estar interessada em contar com um dócil instrumento para seus próprios fins não revolucionários. Já nesse momento, era perceptível seu desejo de entendimento e fusão com o SU. Então, o Partido Operário Revolucionário rompeu com o CORQUI, por considerá-lo um organismo atacado pelo vírus organizativo estalinista. Os acontecimentos posteriores nos deram toda razão. Opomo-nos a pronunciar contra o PO da Argentina e do grupo chileno e permitir sua expulsão sob a pressão dos franceses, por considerar que se tratava de um método indigno de uma organização que se considerava trotskista.

No início de 1979, O POR conseguiu coordenar com alguns setores latino-americanos que haviam iniciado um movimento de oposição à OCI e assim se constituiu a chamada Tendência Quarta Internacionalista (TQI), que nasceu com uma declaração em que fixava sua posição dentro do quadro do movimento trotskista internacional.

A TQI reuniu-se em La Paz, no mês de julho, na qual também participou a Liga Operária Palestina. Aprovou algumas resoluções sobre os problemas políticos do momento, como por exemplo, sobre a revolução na Nicarágua. Nesse momento, um dos problemas fundamentais do trotskismo internacional era o avançado projeto de fusão entre o CORQUI e o SU, que somente poderia se materializar acobertando as verdadeiras divergências que haviam sido apresentadas na IV Internacional, depois do sonho da unidade pela unidade. Esta unidade foi do agrado da pequena burguesia estudantil que se viu arrastada pela ideia de contar com uma internacional de massas, não importando a que preço. A extrema debilidade da TQI se pôs em evidência quando não pode intervir de maneira eficaz na discussão acerca do temário do XI Congresso do SU, os representantes de PO, apesar do compromisso feito, não elaboraram os documentos de respostas às teses fundamentais apresentadas na discussão pela maioria do SU. É inegável que essa deficiência no trabalho não podia ser superada com medidas administrativas, como a reunião de emergência que se propuseram apressadamente. A Tendência Quarta Internacionalista continuou arrastando um dos defeitos do CORQUI: sua não submissão ao centralismo democrático, o que rapidamente degenera em uma organização de tipo federalista.

Para o Partido Operário Revolucionário,

o trabalho dentro da TQI resultou incômodo e muito pesado pela excessiva agudização da luta de classes no país, que nos impede – ou pelo menos nos limita – dedicar nossos esforços ao trabalho internacional. Talvez uma solução seria procurar a estruturação da Internacional tomando como eixo os problemas da revolução boliviana; no entanto, a extrema debilidade da tendência parece que tampouco pode permitir o valor desta ideia.

A TQI poderia considerar-se como um interessante germe de um movimento trotskista internacional, mas tudo supunha que seu trabalho seria muito débil e lento, porque teria de cumprir a tarefa imprescindível de pôr em pé uma corrente política homogênea em escala mundial. A necessária discussão dos problemas teóricos em conflito e de interpretação dos acontecimentos cotidianos devia ser acompanhada da imprescindível elucidação dos problemas organizativos.

De maneira inesperada, a tendência unionista, que por um momento embriagou tanto o SU como o CORQUI, encontrou um grave obstáculo na revolução da Nicarágua. A inclinação tão peculiar do SWP a capitular diante do movimento nacionalista vitorioso, pôs-se de novo em evidência, quando se tratou de apoiar incondicionalmente a frente sandinista e seu governo, inclusive quando se tratou da expulsão e prisão dos seguidores da chamada Tendência Bolchevique (Brigadas Simón Bolívar). Novamente, o problema da conduta a se observar pelo partido revolucionário diante dos movimentos nacionalistas burgueses ameaçou afundar o pablismo. Uma das emergências desse pleito foi a aproximação oportunista entre o CORQUI, tão desesperado em superar seu isolamento à custa do SU, com a Fração Bolchevique (morenismo). Foi constituído um comitê paritário entre a OCI e a Fração Bolchevique.

Por sua vez, o SU apresentou tais condições para seu congresso que praticamente foi colocada à margem de sua organização a Fração Bolchevique. A tão acariciada unidade pareceu ter naufragado de novo. O CORQUI se uniu ao morenismo de maneira oportunista e a aventura terminou em outra cisão.

O POR tem caracterizado com nitidez o Secretariado Unifi-

cado como antitrotskista e o CORQUI como uma organização totalmente estranha aos métodos bolcheviques. A esta altura do debate podemos comprovar que também a OCI e seus seguidores se apartaram das ideias centrais do trotskismo.

Se, até certo momento, a OCI seguiu o POR em sua caracterização do pablismo, deslumbrada com a perspectiva da unidade com o SU começou reconhecendo que era uma corrente trotskista e revolucionária e desde então tem feito o impossível para aparar todas as divergências programáticas e principistas que tinham existido entre eles. É essa história que permite desconsiderar tanto o SU como o CORQUI como gérmenes da futura Internacional, que, não resta dúvida, há que pôr em pé.

(extraído do Retrato do Partido Operário Revolucionário, de Guillermo Lora, Obras Completas, tomo XLV – 1984-1985, Ediciones Masas)

Adquira com o distribuidor deste jornal



Boletim do
**Comitê de Enlace pela
Reconstrução da
IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Março de 2013 - R\$ 3,00

**Bolivia:
IPT: obra da
burocracia sindical.
Pode a classe operária
se libertar sem um
programa revolucionário?**

**Bolivia 1971:
Assembleia Popular**

**Necessidade da
Frente
Revolucionária
Antiimperialista**

G. Lora

MORRE O CAUDILHO HUGO CHÁVEZ
Viva a luta pela organização independente da classe operária na Venezuela!
Sepultar a burguesia com a revolução proletária! Conquistar a independência nacional!